



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 110

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PR	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 110**

### **100ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Mensagens ..... 05

Ofícios ..... 07

Indicações ..... 07

Designações ..... 08

Requerimentos ..... 08

Projetos de Lei ..... 11

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Jocelito Canto ..... 14

Dep. Tadeu Veneri ..... 14

Dep. Marcelo Rangel ..... 15

Dep. Stephanes Júnior ..... 16

Dep. Plauto Miró ..... 16

#### **Grande Expediente:**

Dep. Luiz Claudio Romanelli ..... 17

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto ..... 19

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 20

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello ..... 21

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 25

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 26

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 27

1ª Discussão ..... 28

Requerimentos ..... 31

**Encerramento da Sessão ..... 37**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Ecologia e Meio Ambiente ..... 37

#### **Publicações Administrativas:**

Aditivo Contratual ..... 37

#### **Errata:**

Comissão Executiva

Ato nº 1749/07 ..... 38

### **DIÁRIO Nº 110**

### **100ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
12 DE SETEMBRO DE 2007**

(quarta-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da

Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Edson Strapasson, Fábio Camargo, Luiz Nishimori, Mamede, Miltinho Pupio e Valdir Rossoni (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Felipe Lucas e Nereu Moura (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão a ata.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Discutir**)

Sr. Presidente, peço para discutir a ata justamente por constar nela a apresentação de uma PEC apoiada por diversos Srs. Parlamentares. E hoje pela manhã, Sr. Presidente, a assessoria técnica do meu gabinete consultou o projeto de lei, a PEC, melhor dizendo, apresentada, para ver se ela atendia as formalidades legais para que possa tramitar nesta Casa.

Era isto, Sr. Presidente, agradeço a atenção, sei que é inusitado pedir para discutir a ata da Sessão anterior, mas é a forma regimental que eu encontrei para poder questionar o recebimento dessa PEC na forma com que ela está estabelecida. É isto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Com todo respeito ao nobre Deputado Romanelli, eu não entendi nada, Exa., e creio que a maioria não entendeu.

V. Exa. poderia traduzir que emenda é essa?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Já vou responder a questão de ordem.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Eu sei, V. Exa. é um lorde, e com esse charme britânico vai nos esclarecer.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apenas gostaria de fazer aqui, da mesma forma que o Deputado Romanelli, acho que com todo o direito questiona as assinaturas, se o Deputado diz que a assinatura não é sua, de quem é essa assinatura? De quem é a assinatura que está sendo atribuída ao Deputado Edgar Bueno? Porque na verdade a assinatura que está colocada deve ser de um Deputado, suponho eu, porque acho que não está se levantando aqui, acredito que não é isto que o Deputado Romanelli está fazendo, nenhuma suspeita que tivesse sido feita assinatura indevida. Talvez tenha ocorrido, na hora de se fazer a verificação dos autógrafos, acho que foi isto, a verificação do nome de forma indevida, até porque esse processo de coleta de assinaturas já tem uns 3 meses que vem sendo feito.

Então, gostaria de saber de quem é a assinatura, apenas isto. Acho que procede a questão de ordem que o Deputado Romanelli levanta, mas me parece que é perfeitamente sanada pela Mesa, de imediato.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência responde à questão de ordem do Deputado Romanelli e passa a decidir nesta questão da aprovação da ata. Claro que eu submeto a ata a V. Exas., porque a PEC apresentada, nela constam as 18 assinaturas, portanto, a Assembléia, a mesa não tem como deixar de receber a PEC, não tem como. Agora, a partir do momento que o Deputado Líder do Governo, Luiz Claudio Romanelli, questiona a assinatura do Deputado Edgar Bueno, cujo nome consta nos jornais de circulação da capital como sendo um dos signatários da PEC e de igual maneira na PEC, estou tomando conhecimento agora, consta o seu nome como sendo um dos signatários e a sua assinatura, pelo que entendemos, não confere realmente com o autógrafo.

Eu não deixo de receber a PEC. A Mesa recebe, recebeu ontem, encaminhou ao Departamento Legislativo e esta presidência avoca para si a responsabilidade de verificar se todas as assinaturas conferem ou não. Se realmente são dos Deputados ou não. Em um primeiro momento, perguntei ao Deputado Edgar Bueno que me disse que realmente a assinatura não é dele.

Longe de alguém, muito menos do Deputado Romanelli de querer dizer que a assinatura possivelmente seja de um outro Deputado e vamos ter que saber quem é o Deputado que assinou, até porque o Deputado Edgar Bueno não assinou. Vamos precisar identificar. E a Mesa vai fazer isso.

Portanto, suspende o trâmite, suspende o andamento da PEC até que se verifique quem foi o Deputado que assinou, ou de quem é essa assinatura. Vamos verificar o livro de autógrafos com cuidado. E claro que não afasta-se nunca a possibilidade de algum Deputado se manifestar. É muito simples, temos 18 nomes que constam no jornal Gazeta de hoje. O Deputado Edgar Bueno

não assinou, a assinatura não é dele realmente. Algum Deputado se identifica, ou caso contrário fica faltando uma assinatura.

Então, até que isso seja solucionado, suspendemos o trâmite. Mas a ata eu tenho que aprovar, porque ela foi recebida, temos que receber.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Penso que é o seguinte: quero dizer a V. Exa. não sou eu um Deputado que queira criar casos, não é isso. Respeito a decisão que V. Exa. toma como Presidente da Mesa, da Casa inclusive. Mas veja, penso que é muito grave, porque a assinatura que foi aposta, ou pelo menos um rabisco, porque não dá para identificar, tomei cuidado para poder suscitar aqui esse questionamento, tomei o cuidado de poder buscar o livro de autógrafos da assessoria da Mesa e conferi com mais de um Parlamentar as assinaturas que ali estão. Nenhuma delas é sequer similar, qualquer semelhança com as assinaturas dos Srs. Parlamentares desta Casa.

Então veja, há uma formalidade legal indispensável para o recebimento da PEC. Qual é ela? De ter as 18 assinaturas. Efetivamente, o Deputado Edgar Bueno não assinou a PEC, não é a assinatura dele. A Mesa conferiu no recebimento com a formalidade que é peculiar da Mesa de receber, na boa fé. E acho que o autor, o Deputado Tadeu Veneri, também agiu de boa fé. Mas reconheçamos, não existem as 18 assinaturas, existem 17 assinaturas. Há uma formalidade nesse momento, não há como, Sr. Presidente, há uma questão na minha avaliação... existem as 18 assinaturas, mas uma assinatura não é atribuída a ninguém. E nem é identificável pelo livro de autógrafos.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

É exatamente o que o Departamento Legislativo vai dizer. Esta assinatura não tem dono, daí ela não vale. Por enquanto a mesa não pode no momento que ela recebe a PEC, dizer: “Olha, essa assinatura não confere”. A partir do momento que foram identificadas as assinaturas pela imprensa e um dos pretensos signatários não assinou, há exatamente alguma coisa errada! Mas recebemos e deixamos de dar prosseguimento ao processo pela ausência de uma assinatura. Agora temos que identificar para que fatos como esse não ocorram. Não podemos concordar com isso.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Estamos neste momento votando a ata e queria colocar uma questão de ordem que não podemos aprová-la, porque a ata diz que houve o recebimento da PEC e que está ilegal. Uma sugestão e não sei se seria correto, essa ata não poderia ser aprovada porque não está em conformidade, há uma questão de ordem colocada aqui. Voto contra a ata hoje, porque a ata não condiz.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vou responder a questão de ordem de V. Exas. O que é uma ata? É um relato daquilo que aconteceu na Sessão de ontem. Na Sessão de ontem foi ingressada na Mesa uma PEC com 18 assinaturas. Na ata consta o que aconteceu ontem. O Deputado Romanelli levanta uma questão de ordem questionando uma das assinaturas da PEC, não da ata.

A ata retrata que recebemos. A Mesa não dá prosseguimento ao processo por faltar uma assinatura, agora, não posso deixar de aprovar a ata. A Mesa vai dizer: Essa assinatura não existe, não é de nenhum Deputado”. Só posso dizer isso depois que eu receber oficialmente. Aliás recomendo até, Deputado Romanelli, que V. Exa. pudesse pedir para a Mesa, por escrito, para que eu encaminhe, porque a PEC saiu daqui e vai diretamente ao Departamento Legislativo, para dar prosseguimento. V. Exa. questiona uma assinatura e realmente está coberto de razão, porque um dos signatários, e aqui consta o Edgar Bueno, o Deputado Edgar Bueno não assinou e essa assinatura realmente não é dele.

Pois bem! Não posso desaprovar a ata. A ata recebeu. Eu aprovo a ata. O que eu não aprovo, e aí sim, é a continuidade da PEC, porque há suspeita de que uma assinatura não está de acordo. É muito simples, vamos apurar de quem é a assinatura ou então se devolve e que se busque mais uma assinatura. Mas estamos discutindo a ata. Ela é o relato do que aconteceu na Sessão de ontem. Na Sessão de ontem foi ingressada uma PEC com 18 assinaturas. Não compete à Mesa naquele instante conferir todas as assinaturas, ela apenas confere o número. Tem 18. Tem 18! Essa aqui não é do Edgar Bueno!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

A assessoria técnica da Mesa fez um pedido ao autor que identificasse os Parlamentares que haviam assinado. Nós já identificamos que uma das assinaturas não é do Parlamentar a quem atribui, ele já relatou.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Na ata de amanhã toda essa discussão vai estar inclusa e vamos ouvi-la.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

É nulo o recebimento da PEC que não cumpra as formalidades legais das 18 assinaturas. E não tem como ser suprido de um outro Parlamentar, ou coisa que o valha, assinar. A PEC tem que ser devolvida ao autor para que ele cumpra a formalidade legal.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Estamos tendo um pouco de dificuldades para nos entender.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Respeito a decisão de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Se o Departamento Legislativo me confirmar, “Olha, esta assinatura não é do Deputado Edgar Bueno”; ato contínuo, a Mesa devolve a PEC ao Deputado Tadeu Veneri, que foi quem colheu as assinaturas, para que ele diga: “Está faltando uma, vou colher mais uma e vou entrar de novo”.

Mas, não posso não aprovar a ata. Posso não aprovar o pedido. Eu não dou andamento à PEC, mas a ata é um relato do que aconteceu na Sessão de ontem.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO (Sem Partido) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, se a ata certificar o que aconteceu ontem, aqui, nenhuma ata mais tem valor nesta Casa. Tudo tem que ser documentado, inclusive quando dizem que há o excesso da palavra, se perde aqui pelo Plenário e o Presidente acata que seja retirado da pauta o que foi falado, para que não conste na ata.

O dia que esta Casa tiver uma ata que não seja a verdade do que aconteceu, é melhor dispensar os taquígrafos, dispensar todo mundo. Tudo o que aconteceu aqui, até mesmo para podermos investigar o absurdo de uma assinatura que o meu amigo, companheiro Edgar Bueno, afirma que não assinou e acreditamos nele, a esta Casa peço uma investigação para que se alguém adulterou ou falsificou essa assinatura, seja motivo de uma investigação profunda, para que esta Casa, uma vez mais, não seja desmoralizada.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, já que trata-se do meu nome, quero confirmar a V. Exa. que não assinei e que não erro minha assinatura. Alguém poderia me questionar: “Não vai assinar agora?”

Gostaria de lembrar, aqui nesta questão de ordem, que o meu candidato a Governador, Osmar Dias, falou, se comprometeu, assinou que não empregaria parentes. E o candidato Roberto Requião disse a todo o Paraná que tem irmãos trabalhando no Governo e que iriam continuar no Governo. E o povo lhe deu a eleição.

Eu fui Deputado por 2 mandatos e estou na 3ª legislatura. Fui Prefeito de Cascavel, nunca nomeei nenhum parente. A minha esposa trabalhou no PROVOPAR por 3 anos, gratuitamente, como o carro dela, com a gasolina dela, e eu jamais nomeei um parente sequer.

Mas, quero ressaltar que a vontade do povo é soberana. Foi claro isto. O Requião não escondeu de ninguém que empregava parentes e que iria continuar empregando parentes. Por isso é que não assinei e nem vou assinar a PEC.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Estamos entrando no mérito da questão, me desculpem. E estamos votando a ata. Acho que estamos criando mais um fantasma onde não existe.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Que a Mesa apure. Até falei ao Deputado Romanelli, e quero deixar isto registrado, que o Deputado Romanelli me confirma que não há da parte dele, e acredito que nenhum Deputado, nenhuma suspeita de que essa assinatura tenha sido feita de forma fraudulenta. Acho que temos que deixar isso muito claro. O Deputado Romanelli foi muito claro comigo dizendo que da parte dele não há - da parte dele e de ninguém - nenhuma suspeita. Primeiro, isso.

Segundo, não quero entrar no mérito da questão, porque acho que não é o caso, embora o tema seja polêmico, mas apenas para contestar, a PEC, em nenhum momento se refere a pessoas. Se por acaso este ou aquele entende que deve contratar esta ou aquela pessoa, é problema dele, inclusive com a Constituição Federal, porque há Vereadores, Prefeitos Governadores, Deputados, uma série de pessoas.

Então, não é porque o Governador ganhou ou deixou de ganhar a eleição que vamos mudar de opinião.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente.

Está encerrada a discussão. Em votação.

**Aprovada** a ata da Sessão anterior.

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Edgar Bueno, que proceda à leitura do Expediente.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)**

Procede à leitura do Expediente.

***Expediente:******Mensagens***

MENSAGEM Nº 037/07

Curitiba, 04 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a doação, ao município de São José dos Pinhais, do lote nº 275, com área de 3,24 hectares, na Colônia Guatupê, naquele município, conforme Matrícula sob nº 30859, das 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis a Comarca de São José dos Pinhais.

O plano de lei em referência consulta aos interesses da administração e da coletividade, eis que o referido imóvel será destinado à implantação de Centro de Esporte e Lazer. É também, previsto no texto do anexo anteprojeto de lei, que o referido imóvel ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio do Instituto Ambiental do Paraná, autorizado a efetuar a doação ao município de São José dos Pinhais, do lote nº 275, com área de 3,24 hectares, na Colônia Guatupê, naquele município, conforme Matrícula sob nº 30859, das 1ª Circunscrição de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2º O imóvel em questão, gravado com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, será destinado à implantação de Centro de Esporte e Lazer, retornando ao patrimônio do estado, caso se comprove uso distinto do assim estabelecido.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

**MENSAGEM Nº 038/07**

Curitiba, 04 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a redação da Lei nº 14698/05, que autorizou a doação, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de 2 imóveis localizados no município de Cascavel, os quais serão utilizados para fins de programa habitacional.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses públicos, vez que a exclusão da cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade possibilitará a alienação, aos futuros moradores, das moradias ali construídas pela COHAPAR, bem como, em caso da necessidade de utilização de recursos de caixa, dar os referidos imóveis como garantia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 14698, de 18 de maio de 2005, que autorizou a doação de imóveis à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, passa à seguinte redação:

“Art. 2º Os imóveis referidos no artigo 1º deverão ser utilizados exclusivamente para a edificação de moradias de interesse social, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização.”

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

**MENSAGEM Nº 039/07**

Curitiba, 11 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, em conformidade com o preceito constitucional contido no artigo 66, inciso I, da Carta Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, 10 (dez) cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C e 10 (dez) cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C. todos de provimento em comissão.

O plano de lei em referência é, sem qualquer sombra de dúvida, indiscutivelmente necessário e oportuno, eis que tais cargos, tão logo criados, serão imediatamente utilizados em novas Unidades Prisionais do Estado, que deverão estar urgentemente postas em funcionamento.

Por outro lado é oportuno esclarecer que a medida ora proposta atende as determinações da Lei Complementar Federal nº 101/00, pois, conforme pronunciamentos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL e da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA (anexos por cópia), o impacto financeiro decorrente não excede os limites estabelecidos pela referida lei complementar federal.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Ficam criados, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 10 (dez) cargos de Vice-Diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C;

II - 10 (dez) cargos de Chefe de Segurança de Unidade Penal, símbolo 2-C.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

**SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E  
COORDENAÇÃO GERAL  
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E  
PROGRAMAÇÃO**

**INFORMAÇÃO Nº 146/06****Interessado:**

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

**Assunto:** Solicita a criação de 16 (dezesseis) cargos em comissão para as novas unidades penitenciárias, através do Ofício nº 326/06 - GS.

**Protocolo:**

Nº 9.016.761-8 de 05/06/06.

Sob a ótica orçamentária informamos que:

1) A solicitação do presente pleito de criação de 16 (dezesseis) cargos em comissão, terá um custo mensal de R\$ 35.941,36 (trinta e cinco mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), sem considerar os encargos sociais. Se for aprovado a partir de julho deste exercício, teremos um custo total de R\$ 251.589,52 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), correspondente ao período de julho a dezembro mais 13º salário.

2) As dotações orçamentárias da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, no DEPEND, para o exercício de 2006, na conta de pessoal representam o montante de R\$ 123.703,686,00 (cento e vinte e três milhões, setecentos e três mil, seiscentos e oitenta e seis reais), sendo que o pagamento até a presente data é R\$ 37.163.442,00 (trinta e sete milhões, cento e sessenta e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), referente a 5 (cinco) meses resultando um valor mensal de R\$ 7.432.688,00 (sete milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e oito reais) fazendo sua projeção anual teremos o valor de R\$ 96.624.949,00 (noventa e seis milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais). Informamos ainda que não estão incluídos nas dotações orçamentárias as previsões de reajustes concedidas ao QPPE, da SEJU, conforme QDD em anexo.

3) Cabe destacar que no conjunto das estimativas de gastos do Poder Executivo referente ao exercício de 2006, na conta de pessoal, considerando as despesas que já vem sendo executadas mais as decorrentes de implantações, reestruturações e ingresso, temos um cenário que pode atingir o montante de R\$ 5.406,1 milhões contra dotações fixadas em R\$ 5.386,7 milhões, a conta de recursos do Tesouro Estadual, apontando para um déficit de R\$ 19,4 milhões.

4) Sugerimos que o processo seja apreciado pela Secretaria de Estado da Fazenda quanto aos limites estabelecidos para gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal.

É a informação.

Curitiba, 22.06.06.

(a) EDISON LUIS BELLOTO  
Técnico em Orçamento

1. Visto.

2. Encaminhe-se à DG/SEPL

Em, 22.09.06.

(a) OTAVIANO FABBRI FERRAZ  
Coordenador da COP/SEPL

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA  
COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO  
FINANCEIRA DO ESTADO  
DIVISÃO DE DESPESA

## INFORMAÇÃO Nº 080/07

Ref.: Criação de cargos - SEJU

Protocolo Nº 9.268.010-0; 9.016.761.8 e 9.507.988-1

Em atenção ao encaminhamento efetuado pela SEPL, às fls. 63, referente à proposta de criação de cargos de provimento em comissão para as novas unidades penais da SEJU, esta Divisão de Defesa tem a informar que:

- Conforme o disposto no artigo 22 da Lei Complementar nº 101/00, no período de maio de 2006 a abril de 2007, considerando os últimos 12 meses, o percentual da despesa com pessoal do Poder Executivo sobre a receita corrente líquida atingiu o índice de 41,65%.

- Os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal são de 44,10% para o alerta do Tribunal de Contas, 46,55% para o limite prudencial e 49,00% o limite total.

É a informação.

Curitiba, 06.06.07.

(a) MARCOS ANTÔNIO JAGHER  
Chefe da Divisão de Despesa/CAFE

DE ACORDO:

(a) CESAR RIBEIRO FERREIRA  
Coordenador da CAFE/SEFA

Encaminhe-se ao DG/SEFA COP/SEFA**À Diretoria Legislativa.****Ofícios**

Sob os nºs CTL/CC 285, 286, 306, 307 e 308/07 da Sra. Jussara Borba Gusso, Chefe da Casa Civil do Estado, em exercício, restituindo a esta Casa os Projetos de Lei nºs 411, 427, 391, 422, 445, 443, 312, 399, 414 e 469/07. **Ao conhecimento da Casa. É o que consta no Expediente.**

**Indicações**

## INDICAÇÃO Nº 280/07

Súmula:

Propõe reforma no Colégio Estadual Professora Maria Aparecida Militão de Souza Pereira, de Telêmaco Borba.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A cobertura da quadra esportiva do Colégio Estadual Professora Maria Aparecida Militão de Souza Pereira, localizado no município de Telêmaco Borba, sito à R. Beija-Flor, s/nº - Vila Cristina - CEP 84272-250.

2) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos. De acordo com a diretoria da instituição, a professora Cíntia Aparecida Asueiro, o colégio está localizado em

uma área carente economicamente, que carece realizar atividades e serviços sociais. Visa ainda propiciar ao colégio uma infra-estrutura imprescindível para a viabilização das aulas de educação física, bem como valorizar o ensino na comunidade.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### INDICAÇÃO Nº 281/07

Súmula:

Propõe construção de uma quadra esportiva coberta e a aquisição de um imóvel próprio para o Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga, de Paranaguá.

Ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1) A construção de uma quadra esportiva coberta para o Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga, localizado no município de Paranaguá, sito à R. Júlia da Costa, 780 - CEP 83203-060.

2) A direção do colégio também necessita de uma sede própria. Atualmente, a instituição de ensino funciona de um imóvel alugado, o que impede o colégio de efetuar qualquer melhoria de infra-estrutura. Conforme relatado pela Diretora, Rozeula Menezes de Oliveira Voi, uma sede própria reforçará a identidade do colégio na comunidade. A sugestão é que o Governo do Estado adquira o imóvel atual onde está o colégio.

3) A indicação justifica-se pela urgência do estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos. Com a construção de uma quadra coberta, os alunos do ensino médio terão melhores condições para a prática de esportes.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

## Designações

#### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Rosane Ferreira para representar esta Casa de Leis na 3ª Conferência Estadual das Cidades, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

#### DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da

Comissão Executiva nº 170/06, designa os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Elton Welter, para representar esta Casa de Leis na 3ª Conferência Estadual das Cidades, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

## Requerimentos

#### REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o arquivamento da Proposta de Emenda a Constituição de Estado do Paraná - PEC nº 043/07, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do subscritor deste, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Céu Azul, os lotes nºs 7 e 8 da Quadra nº 100, do loteamento urbano daquela cidade, em virtude do mesmo não ter recebido emenda.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2745

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que a Mesa Executiva adote as providências necessárias e cabíveis, com relação à autoria da suposta assinatura atribuída ao Deputado Edgar Bueno pelo autor do Projeto de Emenda Constitucional, Deputado Tadeu Veneri.

Ressalte-se ainda, que o Deputado Edgar Bueno nega ter apostado sua assinatura na PEC, bem como através de prévia conferência com o livro de autógrafos da Mesa Executiva, malsinada assinatura não confere com a de nenhum Deputado Estadual.

Assim, requer o Deputado que o presente subscreve que a Mesa Executiva adote procedimento cabível para que o Deputado autor da PEC, explique quem é a pessoa ou o Deputado que após aquela assinatura, uma vez que foi ele pessoalmente quem recolheu as assinaturas da PEC.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI



## REQUERIMENTO Nº 2714

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento da professora Dra. Glacy Camargo Secco, professora, doutora em Língua Portuguesa da UEPG, querida e respeitada por seus parentes e amigos.

Requer ainda que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada, R. Dr. Colares, Ed. Rotary, Ap. 43, Centro, CEP 84010-010, Ponta Grossa/PR.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 2715

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Sr. Glacy Camargo Secco, ocorrido nesta data.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alaide Carneiro Possato, ocorrido em 11 de setembro passado, membro de família tradicional de Arapoti.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 2727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 31 de agosto do corrente ano, do Sr. José Sérgio Levek.

José Sérgio Levek, 56 anos, nasceu em 12 de novembro de 1950, na cidade de Curitiba, filho de Leopoldo e Maria de Lourdes Levek. Era proprietário da Setel Telecomunicações, com sede nesta cidade. Seu falecimento, ocorrido de forma brutal, tendo sido vítima da violência urbana, tira do convívio social um ser humano de grande espiritualidade e totalmente voltado à família.

O Sr. José Sérgio deixa sua passagem marcada entre os que o conheceram, por sua conduta simples, solidária e principalmente amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao próximo com seu conhecimento, convívio e participa-

ção. Deixa viúva a Sra. Carmem Lucia Santos Levek e 3 filhos: Kamile, Karine e Daniel.

José Sérgio Levek e sua esposa Carmem foram Coordenadores do CIVC - Curso Intensivo Vivencial do Casamento. Viveu plenamente o espírito da família e do movimento ao qual, na companhia de sua esposa, se dedicou. Foi um cidadão exemplar e de índole irretocável.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no endereço: R. Conselheiro Dantas, 1521 - Rebouças - Curitiba - CEP 80220-191.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

## REQUERIMENTO Nº 2728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 04 de setembro do corrente ano, do Sra. Roseni do Rocio da Silva.

Roseni do Rocio da Silva, 41 anos, nasceu em 15 de novembro de 1965, filha de José Dreveck e Joanita Zanqueta Dreveck, funcionária pública do município de Piên desde 1991, trabalhava atualmente no Departamento de Promoção Social.

Roseni do Rocio da Silva deixa sua passagem marcada entre os que a conheceram, por sua conduta simples, solidária e principalmente amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao município com seu conhecimento, convívio e participação. Deixa viúvo o Sr. Paulo Cavalheiro da Silva, 3 filhos: Fábio José, Marciano e Ana Claudia e 4 irmãos: Lindomar, Rosilda, Rosemeri e José Loir Dreveck, sendo este último Vice-Prefeito do município de Piên.

Pessoa muito querida por todos que a conheciam, deixando muitas saudades aos amigos e familiares. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no endereço: R. Amazonas, 22 - Centro - Piên - CEP 83860-000.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) FRANCISCO BÜHRER

## REQUERIMENTO Nº 2732

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do advogado, Dr. José Américo Guimarães, pelo falecimento ocorrido em 10 de setembro do presente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar à família, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 2713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de congratulações pela realização da Exposição de Artesanato Arte e Ecologia, que será realizada pelo artesão Seiki Noda, no próximo dia 14 de setembro de 2007, a partir das 14h00, tendo como local o Parque Ambiental Governador Manoel Ribas, em Ponta Grossa.

Esse festival tem uma promoção da Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, quando o artista apresentará suas melhores criações.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à Irmã Glacy Krupeizaki.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Irmã Glacy Krupeizaki, da Província de Curitiba, das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo, pela celebração do Jubileu de Ouro de Vida Religiosa.

Ao longo desses 50 anos de vida consagrada, assumida na ocasião dos primeiros votos, Deus concedeu o dom da assistência aos enfermos.

Destacamos sua atuação como voluntária no maior hospital público do nosso estado, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, sempre com muita dedicação aos doentes, levando palavras de otimismo e consolo aos seus familiares.

#### REQUERIMENTO Nº 2722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à Associação Médica do Paraná, na sua luta junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, pela regulamentação da Emenda Constitucional nº 029.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Emenda Constitucional nº 029 estabelece que os estados devem investir 12% de sua receita líquida em assistência à saúde. Porém, tal prática não está ocorrendo, causando imenso déficit na saúde pública, afetando direta-

mente o atendimento aos cidadãos mais carentes. A regulamentação desta emenda faz-se urgente para que o Poder Executivo dos estados deixe de se amparar em uma brecha legal para descumprir o real objetivo da mesma.

#### REQUERIMENTO Nº 2729

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine ao DER, providências urgentes para que execute ou contrate a execução de recuperação asfáltica do trecho da rodovia que liga Toledo à sede do município de Ouro Verde do Oeste.

Trata-se de uma ação de suporte no que tange a recuperação de tão importante rodovia, que se faz necessária o mais rapidamente possível, pois o leito se encontra em estado precário, oferecendo sérios riscos de acidentes e prejuízos aos usuários, prejudicando além do transporte escolar, também e muito, o transporte no escoamento da produção agropecuária.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando que determine ao DER, providências urgentes para que execute ou contrate a execução de recuperação asfáltica do trecho da rodovia que liga Nova Aurora à sede do município de Cafelândia.

Trata-se de uma ação de suporte no que tange a recuperação de tão importante rodovia, que se faz necessária o mais rapidamente possível, pois o leito se encontra em estado precário, oferecendo sérios riscos de acidentes e prejuízos aos usuários, prejudicando além do transporte escolar, também e muito, o transporte no escoamento da produção agropecuária.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 2736

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais e dentro da sua obrigação constitucional, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. General-de-Divisão Luiz Guilherme Terra Amaral, Digníssimo Sr. Comandante da 5ª Região Militar do Exército Brasileiro, e para o Exmo Tenente-Coronel Algacir Antonio Polsin, Comandante do 20º BIB - Batalhão de Infantaria Blindada, para que destaque tropas para auxiliar os trabalhos do Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Força Verde, IAP e voluntários no combate ao incêndio do Parque Estadual Pico do Paraná.

A presente solicitação toma caráter emergencial ao passo que já foram queimados mais de 70 hectares de cobertura vegetal nesse parque estadual que fica localizado na Serra do Mar. Sendo assim, o Deputado que subscreve o presente, requer o envio, em caráter emergencial, para o Comando da 5ª Região Militar, solicitando os préstimos e a cooperação do Exército Brasileiro na defesa do patrimônio nacional que é a Serra do Mar.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## ***Projetos de Lei***

PROJETO DE LEI Nº 668/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibida a venda de seringas descartáveis a menores de 18 (dezoito) anos por parte de qualquer estabelecimento comercial, farmacêutico ou não, em todo o território paranaense.

Art. 2º A venda do produto tratado no *caput* desta lei somente poderá ser realizada mediante a apresentação de documento oficial que comprove a idade do interessado.

Art. 3º A inobservância à proibição estabelecida pela presente lei sujeitará o estabelecimento responsável às seguintes penalidades, aplicadas sucessivamente sem prejuízo às demais sanções porventura já existentes:

I - advertência escrita pela autoridade sanitária estadual;

II - aplicação de multa pecuniária no valor estabelecido pela autoridade sanitária, aplicada em dobro a cada reincidência;

III - suspensão temporária pelo prazo de 30 (trinta) dias do alvará de licença do estabelecimento infrator.

Art. 4º Os valores cobrados decorrentes das multas serão destinados ao Programa Escolar de Erradicação de Drogas, o PROERD, em funcionamento no município sede do estabelecimento infrator.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor após sua regulamentação por parte do Poder Executivo Estadual e a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) LUIZ ACCORSI

### **JUSTIFICATIVA:**

O plano de lei em tela foi inspirado em documento idêntico apresentado em 7 de maio do corrente ano, pelo eminente Vereador Ulisses Bruder, à douta Câmara do Município de Maringá.

Aliás, são dignos de louvor os trabalhos desenvolvidos por legisladores das nossas Casas Municipais, mui-

tos deles recebidos como respaldos ou subsídios às nossas ações, creditando-se aos mesmos, a virtude da proximidade ao cotidiano das suas comunidades.

A iniciativa de dificultar a comercialização de seringas descartáveis representa um avanço na escalada da luta contra o domínio das drogas, contribuindo também para a diminuição das doenças contagiosas disseminadas pelo uso incorreto desse material, como AIDS, hepatite, principalmente.

Entendo como totalmente desnecessária a enunciação do número de crianças e jovens que, a cada dia, sucumbem às tentações dos vícios das drogas.

Entendo que a iniciativa do Vereador Ulisses Bruder, lá da sua cidade de Maringá, apresenta-se como instrumento para diminuição dos índices que crescem geometricamente das pessoas enveredadas no mundo das drogas.

Analisando a sua importância, entendi como oportuno estender a ação do projeto de Lei nº 1229, de 07/05/07, a todo o estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 669/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º Em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a doar aos municípios, imóveis de propriedade do estado do Paraná, cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93, utilizados como postos de saúde.

Parágrafo Único. Os imóveis doados com base neste artigo, somente poderão ser utilizados por estabelecimentos de saúde, retornando, automaticamente, ao patrimônio do estado, no caso de descumprimento dessa condição.

Art. 2º As doações de que trata a presente lei, serão efetivadas através de decreto proposto em expediente instruído com a devida documentação.

Art. 3º Esta lei será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

### **JUSTIFICATIVA:**

A Lei nº 15469, de 29 de março do corrente ano, autorizou o Poder Executivo a doar aos municípios imóveis do patrimônio estadual ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º Grau, os quais, desde o evento da Lei nº 10354, de 13/07/93 - que municipalizou o ensino de 1º Grau - que vinham sendo utilizados pelas escolas municipais, sob o regime de cessão de uso.

Com fundamento no mesmo caráter de universalização de serviços públicos, também no ano de 1993,

outra Lei Estadual de nº 10429, que implantou o sistema de saúde SUS, igualmente autorizou ao Executivo promover a cessão de uso aos municípios, dos imóveis estaduais utilizados como Posto de Saúde, pelas administrações municipais.

É indiscutível que os usuários, em qualquer dos casos, são os membros das comunidades locais, e resulta disso deixar-se às administrações públicas de cada município a manutenção, a conservação e eventuais ampliações das edificações nas quais tais serviços são prestados, e considere-se que a situação em pauta se faz presente em todos os municípios paranaenses.

Esse investimento de recursos, contudo, demanda precauções formais sem as quais nem os organismos financeiros aceitam pedidos de empréstimos, nem as Cortes de Contas aprovam suas aplicações.

A edição da Instrução Normativa STN nº 004, de 17 de maio de 2007, do BNDES, é o mais recente exemplo dessas exigências, estabelecendo, entre outros dispositivos, a necessidade de averbar-se em cartório as situações de imóveis sob cessão de uso.

Em razão do exposto, propomos a edição da lei que autorize o Poder Executivo doar, aos municípios, os imóveis estaduais cedidos sob a égide da Lei nº 10429/93, reconhecendo-se, assim, os constantes esforços dos municípios na manutenção desses bens e emprestando-se definitiva legitimidade à ampliação de recursos financeiros neles investidos.

PROJETO DE LEI Nº 670/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do estado do Paraná, o Conselho Estadual das Organizações Não Governamentais - CEONGs, vinculado à Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania - SEJU.

Art. 2º São objetivos básicos do Conselho Estadual das Organizações Não Governamentais - CEONGs:

I - proporcionar o relacionamento entre as Instituições Públicas e as Organizações Não Governamentais para traçar programas e linhas de atuação;

II - estabelecer diretrizes para a política das Organizações Não Governamentais do estado em suas diferentes linhas de atuação;

III - reconhecer, através de pareceres, a habilitação das Organizações Não Governamentais - ONGs, para a declaração de utilidade pública estadual;

IV - acompanhar e avaliar as solicitações de recursos das Organizações Não Governamentais - ONGs, junto a órgãos públicos.

Art. 3º O Conselho Estadual das Organizações Não Governamentais - CEONGs será composto pelos seguintes membros:

I - Secretário de Estado de Justiça e Cidadania;

II - um representante do Ministério Público Estadual;

III - um representante do Tribunal de Contas do Estado - TCE;

IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná - OAB-PR;

V - um representante das Organizações Não Governamentais de atividades ligadas à educação;

VI - um representante das Organizações Não Governamentais de atividades ligadas à saúde;

VII - um representante das Organizações Não Governamentais de atividades ligadas à segurança pública;

VIII - um representante das Organizações Não Governamentais ligadas ao meio ambiente;

Art. 4º O mandato do Conselho Estadual das Organizações Não Governamentais - CEONGs será de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único. O Conselho Estadual das Organizações Não Governamentais - CEONGs não exercerá atividades remuneradas.

Art. 5º Esta lei será regulamentada por decreto.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa da apresentação do presente projeto de lei fulcra-se na necessidade de estabelecer normas claras para a instituição e o funcionamento de Organizações Não Governamentais - ONGs, no âmbito do estado do Paraná, que pleitearem o reconhecimento de utilidade pública.

É notório que as Organizações Não Governamentais, passaram a auxiliar setores públicos e provados em atividades fundamentais para a sociedade como são os exemplos nas áreas da educação, saúde, segurança e meio ambiente.

Entretanto, a maioria dessas organizações se sustenta das doações de pessoas físicas e privadas ou de repasse de recursos públicos, sendo necessária uma maior transparência das atividades desenvolvidas, receitas, fontes de receitas e despesas.

A proposta de criação do Conselho Estadual das Organizações Não Governamentais - CEONGs tem por prioritário estabelecer critérios técnicos a serem seguidos para a habilitação das ONGs ao reconhecimento de utilidade pública, concedida pela Assembléia Legislativa.

Denota-se que o Código Civil Brasileiro estabeleceu em seu artigo 52, que as associações são a união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, todavia, o parágrafo único do referido artigo, também assevera aos associados direitos e obrigações, assim entende-se as pessoas que se dedicam às fundações.

Sendo assim, as pessoas que se dedicam ao terceiro setor, por tratarem com dinheiro público, também devem ter obrigações postas em lei.

Importante dizer que o reconhecimento de utilidade pública às instituições, prescindem de documentação regularizada e como certo, quais as fontes de seus recursos, como assevera o artigo 54 do Código Civil Pátrio.

PROJETO DE LEI Nº 671/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Acessibilidade, subordinada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - SEDU, com a finalidade de elaboração de normas e controle que garanta a execução do Programa Cidade Para Todos, de remoção de barreiras arquitetônicas ao portador de necessidades especiais, criado pela Lei nº 13136, de 21 de março de 2001.

Art. 2º A Comissão Permanente de Acessibilidade será integrada por representantes do Poder Executivo, Poder Legislativo e da sociedade civil organizada, dando preferência as que atuam na defesa do portador de necessidades especiais, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Art. 3º Constituem atribuições da comissão o controle de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida, procurando fiscalizar a execução do Programa Cidade Para Todos.

Art. 4º Poderão ser objeto de prévio exame da Comissão Permanente de Acessibilidade, exclusivamente para verificação do atendimento de acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais:

I - a locação ou a renovação de contratos de locação de imóveis destinados a abrigar repartições públicas estaduais;

II - a construção ou a reforma de edifícios públicos estaduais;

III - proposta de adaptação, aquisição e concessão de veículos de transporte coletivo.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que é difícil ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população e ainda estamos longe de poder favorecer a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com necessidades especiais, sejam elas de qualquer natureza.

A criação da Comissão Permanente de Acessibilidade visa uma garantia aos direitos dos deficientes

físicos, para que eles possam ter livre acesso à edificações, vias públicas, transportes, ou seja, a todo e qualquer espaço público, conferindo-lhes respeitabilidade e prestígio.

A Constituição Federal, em seu artigo 244, a Lei nº 7853/89, artigo 2º e a Lei Estadual nº 11818/97, dispõem sobre esse assunto, mas apesar disso, percebe-se que o direito à acessibilidade, que deveria ser garantido a todos que são portadores de deficiência física, não é respeitado com frequência.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 672/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica determinado às empresas concessionárias do transporte coletivo intermunicipal a proibição de transporte de animais domésticos, de estimação e de pequeno porte, no compartimento destinado ao transporte dos passageiros.

Art. 2º O transporte de animais domésticos, de estimação e de pequeno porte, somente poderá ser efetuado em compartimento apropriado, isolado dos demais passageiros, ou em outro veículo especialmente destinado a este fim, desde que os animais estejam acomodados em locais apropriados, sob a responsabilidade de seus proprietários.

Art. 3º Em caso de descumprimento do disposto no artigo 1º, fica a empresa infratora sujeita ao pagamento de multa no valor de R\$ 500 (quinhentos reais) por animal transportado em situação irregular.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa coibir o transporte de animais domésticos, de estimação e de pequeno porte, juntamente com os passageiros do transporte coletivo intermunicipal, pois há risco à segurança dos passageiros, tanto no aspecto da transmissão de zoonoses, quanto ao aspecto da segurança física dos passageiros.

Não se pode admitir que animais sejam transportados de forma livre e indiscriminada em meio aos passageiros, fato que ocorre com frequência, haja vista a falta de uma determinação específica que discipline tal transporte, que deve ser assegurado aos animais, porém não no mesmo ambiente que os demais passageiros.

PROJETO DE LEI Nº 673/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Biobrasil, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

A presente instituição, sem fins lucrativos, tem por finalidade atuar nas áreas de pesquisa, saúde, meio ambiente, arte, educação e cultura, destacando-se como referência na cidade de Londrina, principalmente através de sua atuação comunitária.

Desta forma, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 674/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído no estado do Paraná o Dia Estadual contra a Impunidade, como sendo a data de 28 de agosto.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa dar significado histórico à data de 28 de agosto, dia em que o STF aceitou a denúncia do Procurador Geral da República contra os 40 integrantes da organização criminosa que visava perpetuar-se no poder, conforme amplamente divulgado na imprensa nacional.

A principal intenção deste projeto de lei é manter na memória de todos os paranaenses a certeza de que o crime não compensa e de que os corruptos devem ser punidos.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrado o Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eis que o meu discurso nesta Casa começa a ganhar a importância do Governo. Está na mídia, hoje: “Governador Requião diz o seguinte: Por que um Promotor ganha o dobro do Presidente da República? Porque o restante do funcionalismo não recebeu verbas indenizatórias vinculadas a planos econômicos da República? Por que não os professores, os funcionários da saúde, os policiais civis e militares também não receberam? Que espécie de principado é esse que se estabeleceu na República?” Não sou eu que estou discursando esse discurso, essa cobrança. Tenho feito aqui há vários dias, e agora ecoa aqui do outro lado da rua, ali no “Palácio do Pito”, onde começa também a funcionar aquilo que eu venho dizendo aqui, e eu quero responder ao Governador porque que não recebe, não precisa pedir para o Ministério Público, ele precisa só pagar. Ele não precisa pedir para o Ministério Público, é ele quem paga o policial, o médico, os funcionários do estado. Os professores já ganharam e está em precatório.

Se ele quiser ele paga, não é o Ministério Público que paga. É o Governo do Estado que paga. Ele não vai ser eleito, ele está governador. Ele está com a caneta e a tinta cheia na mão. Então, quem paga a conta é ele.

Fico feliz de ver que o discurso e a cobrança que estou fazendo aqui todos os dias passou para o outro lado da avenida e chegou até o “Palácio do Pito”. Vou repetir: “O Governador pergunta: Por que os funcionários, os professores, os policiais não podem receber? Por que ele não paga. Quem tem que pagar é ele e não o Ministério Público.

O Ministério Público pagou, porque o Governador Roberto Requião também deu dinheiro para o Ministério Público a mais. Fez ajuste de conduta. Ajudou o Ministério Público a ter dinheiro para pagar. Não é só culpa do Ministério Público, não! O Ministério Público gastou além do orçamento. Mas quem deu a grana além do orçamento? O rei, já que o Ministério Público é príncipe, ele é o rei - “Reiquião”. Foi ele quem deu o dinheiro.

Ele que pague a diferença do URV aos funcionários!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de ter feito este pronunciamento no dia de ontem, mas em função de uma série nesta Casa, não foi possível.

Uso a tribuna hoje para registrar, apesar de tudo, no dia 11 de setembro ainda relembramos, com muito pesar, e ao mesmo tempo com a perspectiva de sabermos

que a população organizada luta e resiste a ditadura.

Faço, como todos os anos, o registro do golpe militar ocorrido no Chile, no dia 11 de setembro de 1973, que derrubou o Governo constitucionalmente eleito do Presidente Salvador Allende.

Golpe que interrompeu um período de 150 anos de democracia no Chile. E, por 17 anos não só oprimiu o povo chileno, como foi um dos precursores do neoliberalismo na América Latina, que trouxe tantos prejuízos e situações que hoje ainda lamentamos.

Apesar de tudo, o povo chileno soube reagir, mostrar que encontraria o seu caminho pelas vias democráticas. Se por um lado Pinochet não foi preso, não foi julgado, como gostaríamos que fosse. Tudo aquilo que foi construído durante o período da Ditadura Chilena, hoje, não só é colocado em segundo plano, como é questionado pelos seus métodos, é questionado pela forma, é questionado pela brutalidade que foi o golpe militar. Um golpe que custou a vida de mais de 30 mil pessoas entre mortos e desaparecidos, que o povo chileno no dia de ontem relembrou, falo relembrou porque é importantíssimo que um país tenha na sua memória tudo aquilo que lhe traz satisfação, traz alegria e tudo aquilo que lhe traz pesar, tudo aquilo também que se não deve ser esquecido, deve ser lembrado como um caminho que nunca mais será trilhado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uso o Pequeno Expediente para fazer um registro daquilo que não gostaríamos que tivesse acontecido em 1973, golpe militar que levou o ex-chefe das Forças Armadas chilenas ao poder e que levou ao terror o Chile durante 17 anos. Que apesar dos pesares, ainda assim o povo chileno soube resistir, soube mostrar a sua independência e o seu caminho e a sua busca por liberdade.

Eram essas as considerações que queria fazer, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para deixar registrado nos Anais desta Casa para a posteridade, com as nossas brilhantes taquígrafas que têm tido um trabalho imenso aqui dentro, a lembrança que apesar do golpe, apesar da ditadura, apesar da truculência, o povo chileno soube resistir e hoje vive um regime livre e pleno na sua liberdade democrática.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### ***Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Boa tarde Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. O meu pronunciamento vai ser extremamente rápido.

Mas, antes, gostaria de agradecer aos telegramas que recebi. Recebi um telegrama do Chefe da Casa Civil, Sr. Rafael Iatauro cumprimentando pelo transcurso do meu aniversário na data de hoje e também o Governador

Roberto Requião que me mandou um telegrama também parabenizando pelo meu aniversário.

Muito obrigado, Governador Roberto Requião, que também me enviou um presente de aniversário, mais um veto. Vetou mais um projeto. Estou colecionando. Hoje o Governador vetou o projeto de minha autoria juntamente com o Deputado Reni Pereira. Talvez V. Exa. não saiba, mas o Governador vetou o nosso projeto que ficam os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços no âmbito do estado do Paraná, obrigados a fixar cartazes em locais visíveis, junto às caixas registradoras.

Ele me deu de presente de aniversário hoje, mais um.

Mas, o motivo da minha vinda à Tribuna hoje é justamente para falar de outro assunto. É sobre o Hospital da Criança, lá de Ponta Grossa. O Conselho Regional de Medicina pretende interditar o Hospital da Criança. E nós fizemos uma reunião da Comissão de Saúde e estamos encaminhando o seguinte ofício, que gostaria de deixar registrado:

(Lê):

“Curitiba, 12 de setembro de 2007.

Por meio deste, dirigimo-nos mui respeitosamente a V. Senhoria, para encaminhar posicionamento desta Comissão, quanto à situação emergencial do Hospital da Criança, município de Ponta Grossa - PR.

No Último dia 05 de setembro, durante a reunião da comissão de saúde da Assembléia Legislativa, o ex-Presidente do Conselho Regional de Medicina, Sr. Elcio Soares, levou a denúncia de que o Hospital João Vargas de Oliveira, conhecido como Hospital da Criança de Ponta Grossa, não tem as mínimas condições exigidas pelo CRM, para dar proteção profissional ao seu corpo clínico. Devido à falta de equipamentos e investimentos do Governo do Estado, o hospital poderia sofrer uma intervenção branca pelo Conselho, pedindo a interdição da entidade imediatamente.

A Comissão da Saúde, representado pelo Vice-Presidente Sr. Deputado Marcelo Rangel, esteve realizando diligências na manhã de ontem, ao Hospital da Criança. Devidamente registrado em vídeos, notas taquigráficas e gravações de áudio com médicos e diretores, ficou constatado que as denúncias do CRM, realmente procedem. A instituição, estabelecida há 12 anos em Ponta Grossa, dedicada ao atendimento regional dos campos gerais, apresenta salas de cirurgia sem nenhum equipamento disponível, nem mesmo camas. Todo o hospital conta com apenas 2 monitores cardíacos defasados e com problemas técnicos, não existe cozinha para preparo de alimentos para os pacientes e médicos. Quanto ao espaço reservado a UTIs pediátricas, é notório que o estabelecimento está preparado há anos para receber aparelhamentos, mas lá não existe nenhum equipamento hospitalar sequer. Com umas das melhores estruturas físicas do estado do Paraná, mas sem receber recursos e atenção por parte da Secretaria de Saúde do Estado, o Hospital João de Oliveira, se

tornou um grande alojamento de doentes, um galpão médico que ainda obtém resultados positivos, graças ao trabalho valoroso do corpo clínico.

Mesmo evidenciando, tais problemas, a Comissão de Saúde da Assembléia vem por meio deste, solicitar ao Conselho Regional de Medicina (CRM), que não oficializem formalmente a interdição do referido hospital, pois milhares de crianças, que são assistidas, mesmo que de forma precária, todos os dias, ficariam sem atendimento, agravando-se ainda mais o estado caótico, que se encontra a saúde pública da região dos campos gerais.

Exige-se, medidas emergenciais por parte do Governo do Estado, para que se cumpram as exigências do Conselho Regional de Medicina, no tocante a oferecer condições básicas de trabalho aos profissionais clínicos e estrutura técnica para assegurar assistência aos pacientes. Exige-se, também, nota fiscal, da secretaria de saúde, sobre a implantação de leitos de UTIs pediátricas, e equipamentos já mencionados para tratamentos operatórios.

O possível fechamento desta entidade assistencial denominada Hospital da Criança, acarretará danos irreparáveis ao estado do Paraná e possíveis ações de responsabilidade serão dirigidas diretamente aos agentes públicos cientes.

Comissão Permanente de Saúde da Assembléia Legislativa do Paraná.

(aa) NEY LEPREVOST, TERUO KATO, MARCELO RANGEL, STEPHANES JÚNIOR, LUIZ MALUCELLI, TADEU VENERI e DR. BATISTA.”

Agradeço a todos os Deputados, que subscreveram o documento, que será entregue ao CRM.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa Executiva associa-se às manifestações de felicidades, ao aniversariante de hoje. Deputado Marcelo Rangel, Ponta Grossa está em festa.

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior.

### ***Deputado Stephanes Júnior (PMDB)***

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Sr. Presidente Nelson Justus, membros da Mesa, Deputadas, Deputados, senhoras e senhores, eu queria abordar esse tema que hoje está sendo discutido, à questão do nepotismo.

Primeiro, eu quero dizer da minha convicção sobre esse tema. Tenho certeza que há parentes, filhos, irmãos, sobrinhos e esposas competentes. Não duvido disso. Mas há um exagero de forma geral do Poder Executivo, do Judiciário - já está proibido - do Legislativo e de outros, com nomeação desse tipo. Acho que isso deveria ser proibido mesmo assim, é uma questão de convicção. E para não dizer que isso é uma questão pessoal por eu ter tido problemas, por exemplo, com o Maurício Requião,

eu acho que podemos fazer uma emenda nesse projeto propondo que para os próximos Prefeitos eleitos, que para o próximo Governador eleito, essa lei passe a vigorar. Seria uma forma do projeto não ter nenhum tipo de restrição, talvez, neste momento, para não se tornar alvo de briga política, porque isso na realidade é a minha convicção que isso deveria acontecer no Paraná e no Brasil.

Assim como acredito que essa assinatura que foi atribuída ao Edgar Bueno deva ser de outro Deputado que não quis se identificar, não foi fraudada nem foi problema nenhum, é que o Deputado deve ter feito um garrancho e agora não quer assumir que é sua assinatura. Não sei quem é, não tenho idéia de quem foi esse Deputado. Estou abordando a minha convicção sobre o tema, independente do Tadeu ter sido o autor, eu acho até que deveria, se for o caso, fazer um projeto de autoria generalizada para os próximos Governos. Para não se tratar de algo casual relacionado à prefeitura X ou Y, ou ao Governo do Paraná. E com relação a eu ser filho do Ministro da Previdência, eu não fui nomeado, eu fui eleito.

Se você combina com 30, 40 ou 50 mil eleitores e você é eleito, me desculpem, mas isso não é nepotismo, há pessoas mal-informadas sobre o que é nepotismo. Mas, apenas eu queria dizer sobre a minha convicção sobre esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente é o Deputado Plauto Miró.

### ***Deputado Plauto Miró (Democratas)***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Nós estamos vendo uma polêmica que tomou conta da nossa cidade de Ponta Grossa e de alguns jornais estaduais também, que é a questão que fala a respeito da saúde no município de Ponta Grossa e também sobre a situação do Hospital da Criança em nosso município.

Nós temos um parecer, um relatório, feito pelo Conselho Regional de Medicina, dizendo que o Hospital da Criança não tem condições de funcionar. E fui me informar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, junto à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, e o Prefeito do município me deixou claro que o Hospital da Criança está em condições de funcionar, a parte que toca ao município foi realizada, que era a reforma na cozinha, o equipamento do laboratório e também médicos estão sendo contratados, já tem médicos à disposição, vai se ampliar o número de médicos no Hospital da Criança. Parece-me Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Conselho Regional de Medicina faz bastante tempo que esteve lá fazendo uma “vistoria”, mas quero só lembrar e deixar registrado aqui, parece que o Conselho Regional tem uma má vontade com a nossa cidade de Ponta Grossa.



Eu me lembro como se fosse hoje, o Conselho Regional de Medicina dando uma nota oficial, no começo, em maio do ano de 2003, dizendo que o curso de medicina deveria ser implantado em Ponta Grossa, na Universidade Estadual, porque no estado do Paraná já existia muitas faculdades de medicina e mais uma não era possível. E o Conselho Regional deu por escrito uma nota oficial apoiando a ação do Governador Roberto Requião, onde o Governador apoiou-se nesse laudo, nessa posição do Conselho. Então, parece-me que o Conselho Regional não tem boa vontade para com a saúde da cidade de Ponta Grossa e o que falta, de concreto, são investimentos que o Governo do Estado do Paraná tem que encaminhar para o hospital regional.

Estou aqui só para deixar bem claro o que acontece naquele hospital da nossa cidade de Ponta Grossa e também lembrar daquilo que este conselho fez o ano passado. Interessante que lá no passado o conselho deu uma posição contrária à criação da Faculdade de Medicina.

Agora, esse mesmo Conselho que ano passado deu contra, parece-me que não está mais tão contra, porque o próprio Governador do Estado do Paraná, através do seu Vice-Governador, Orlando Pessutti, quando em exercício do cargo de Governador esteve na cidade de Ponta Grossa anunciando e autorizando os estudos para a volta do curso de medicina na nossa cidade.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

### ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu não vim falar sobre a PEC aqui hoje. Na verdade, eu vim falar sobre um tema, Deputada Rosane - que é um tema extremamente importante e estruturante em relação ao modelo de gestão das políticas públicas - que é a realização da 3ª Conferência Estadual das Cidades, que será realizada em Foz do Iguaçu, mais uma vez, Deputado Dobrandino, a nossa querida Foz do Iguaçu, nos próximos dias 26 e 27. Temos hoje a honra de receber, a Comissão Executiva preparatória da Conferência Estadual das Cidades que está aqui presente. Tanto os integrantes do Movimento Social, do Movimento Popular, e também da Secretaria de Desenvolvimento Urbano que estão trabalhando dia e noite para poder viabilizar essa Conferência.

Quero registrar a presença do Denilson Pestana, da FETRACONSPAR, que é a Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná; do Luiz Herlain que é da Central dos Movimen-

tos Populares; da Maria das Graças da Silva de Souza, que é da União Nacional de Moradia Popular; do Carlos Maia, da Confederação Nacional por Moradia, CONAM e do Carlos Costa, do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, MNLM, e além, é claro, do Coordenador Executivo, do Antonio W. Junior, que é marido da Rosane, que aliás é uma grande qualidade que ele tem.

Quero dizer a todos, companheiras e companheiros, que esta Conferência, esta 3ª Conferência, ela tem como temática o avanço na gestão democrática das cidades. Quando falamos de cidades, claro, Deputado Welter, falamos das políticas públicas. E os avanços foram muito significativos e o primeiro grande passo que tivemos, neste país, foi quando o Presidente Lula criou o Ministério das Cidades, unificando num órgão ministerial, a formulação e a execução das políticas públicas, voltadas ao desenvolvimento urbano, Deputado Jocelito. E, muito importante, foi que em 2003, convoca-se a 1ª Conferência das Cidades, que foi realizada em todo o nosso país - primeiro em cada um dos municípios ou regiões, depois no nível estadual e claro, terminou e coroou com a 1ª Conferência Nacional das Cidades que tinha como tema a questão de construindo uma nova política de desenvolvimento urbano, que foi muito temática, discutindo habitação, saneamento e mobilidade urbana, o desenvolvimento urbano. Foi uma conferência fantástica e dela, é claro, nós conseguimos extrair um Conselho Nacional das Cidades, que tem caráter construtivo, mas fundamentalmente deliberativo, tendo uma majoritária participação da sociedade civil organizada, na composição desse conselho, que é muito importante. Isso tem democratizado as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano.

Em 2005, já com o Conselho das Cidades funcionando, do qual, aliás, aqui muitos são integrantes, eu também tive a honra de representar o estado do Paraná, no Conselho nacional das Cidades. Em 2005 realizamos a 2ª Conferência Nacional das Cidades, sempre começando no plano municipal, regional, estadual e fechando com a Conferência Nacional. Aí com o tema que foi os planos diretores participativos. Um processo de construção de um modelo de gestão das cidades a partir dos planos diretores. Diretor porque ele fixa na verdade as diretrizes, e plano porque ele fixa as metas, tanto no aspecto físico territorial, no aspecto econômico, social, num órgão vivo de planejamento das cidades. Claro, uma questão fundamental que é entender que para se construir cidadania, é único e exclusivamente tendo a gestão das políticas públicas a partir, é claro, de ter uma ação parceira entre o poder público e sociedade civil organizada. Sem o qual você não completa o modelo de gestão participativa das políticas públicas.

Este ano nós temos a 3ª Conferência Nacional das Cidades. Claro que discutem temas estruturantes, em relação ao financiamento das intervenções urbanas e integração das políticas que são desenvolvidas, nas três esferas de Governo que estava trabalhando com os conceitos de políticas públicas integradas, na esfera de cada um dos

entes federados. Mas, também avança numa questão fundamental que é do controle social sobre a execução das políticas públicas.

É isso que tem feito a diferença, só temos hoje uma política nacional de habitação com subsídio, porque os movimentos populares lá no Conselho Curador do FGTS se fizeram manifestar e temos recursos a fundo perdido, para poder financiar moradia neste país, que foi graças a uma pressão do movimento social.

Temos que reconhecer, os grandes méritos do Presidente Lula, que como Presidente da República vem cumprindo os compromissos que assumiu. Claro que muitas vezes com alguns pequenos recursos, mas nós temos que reconhecer que 99% são avanços que nós temos tido. São avanços importantes, garantidores da cidadania neste país.

Por isso que quero chamar a atenção de V. Exas., porque a nossa Casa tem que escolher sete representantes, de Deputados e Deputadas, para participarem da Conferência Estadual das Cidades, porque dessa Conferência sairão os Delegados que representarão o Paraná, em Brasília. Os temas que envolveram essa mobilização já no estado do Paraná, as atividades que foram desenvolvidas, para se ter uma idéia, para poder preparar essa Conferência Estadual, 60 conferências municipais, em municípios que têm mais de 20 mil habitantes. E realizamos conferências regionais, que fecharam um total de 346 municípios que participaram ativamente das conferências regionais. Tiramos teses muito ricas desse processo de discussão, de debate com a sociedade civil organizada, com os representantes dos municípios e pessoas que participaram desse processo de discussão a partir do texto básico, mas que é tema proposto desse processo de avanço de democratização das políticas públicas.

Por isso que os temas envolvem, claro, receitas municipais, ampliação das receitas próprias. Nós evoluímos, na verdade, no processo de discussão a partir de que cada vez que temos que reconhecer que os municípios são os destinatários das boas políticas públicas, porque afinal de contas, como já dizia a frase daquele ex-Ministro Élio Beltrão: “Ninguém mora na nação ou mora no estado. As pessoas moram nas cidades.” E é por isso que as cidades têm que ser destinatárias, cidades são as pessoas. Quando falamos em cidades, falamos tanto no aspecto urbano, quanto rural das políticas públicas que são desenvolvidas.

Por isso, Sr. Presidente, hoje a Comissão Executiva comparece a esta Casa, e falo em nome dessa Comissão Executiva, até por conta da mudança do entendimento da presidência de que o Grande Expediente tem que ser utilizado por Parlamentares. Mas falo com a honra de ter discutido com a Comissão, da qual me sinto integrante por ter sido eu o Coordenador Estadual da 1ª Conferência, de ter podido, ao longo desses anos todos, trabalhado muito para construir um modelo de gestão diferente das políticas públicas, com a honra de já ter conseguido aprovar o nosso Conselho e o nosso Fundo e o nosso Sistema Estadual Habitação de Interesse Social,

onde o Paraná já está posicionado nacionalmente de uma forma diferente.

E no reconhecimento que aqui temos, pessoas que são integrantes dessa Comissão, Coordenador Executivo Estadual da 3ª Conferência das Cidades, são pessoas representativas das entidades que coordenam, que lideram e que têm na verdade um grande serviço prestado ao nosso estado e à nação brasileira.

Fico muito orgulhoso, hoje, de termos aqui conosco os que nomeiei e as pessoas que, por razão do seu trabalho ou por serem do interior, não puderam se deslocar até esta Casa de Leis.

Quero solicitar, Sr. Presidente, que V. Exa. possa, na segunda ou na terça-feira, fazer com que essa Casa possa votar democraticamente, escolhendo aqueles que representarão este Parlamento na Conferência Estadual das Cidades. Eu, claro, já me candidatei para poder ser, mas certamente estão abertas as inscrições para cada um dos Srs. Parlamentares, para que tenhamos uma participação efetiva de pessoas que gostem de construir um modelo de gestão diferente, que acreditem na participação popular e no movimento social.

Estou absolutamente convencido que temos que avançar muito, porque ainda é para nós um sonho, claro, realizar também do Plano Estadual, o orçamento participativo, avançarmos no processo de discussão mais amplo, tanto que vamos realizar agora a discussão sobre o Plano Plurianual, vamos realizar as Audiências Públicas, vamos trazer a sociedade civil para discutir aquilo que estrutura a sociedade paranaense. E certamente dessa 3ª Conferência Estadual das Cidades vamos retirar aqui linhas estruturantes para que possamos construir o Plano Plurianual para os próximos 4 anos dos investimentos que serão realizados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual.

Por isso, registramos a necessidade desta Casa na segunda ou na terça-feira colher as inscrições e escolher democraticamente os 7 Deputados e Deputadas que irão representar a Casa no evento que será realizado nos dias 26 e 27, em Foz do Iguaçu.

Minha saudação a todos os companheiros e companheiras que vieram participar desse momento, ao nosso querido companheiro Antônio, ao Secretário Luiz Forte Neto, e temos que registrar toda equipe de trabalho dos diversos órgãos estaduais que participam ativamente, da COHAPAR, do IAP, da SEMA, da SANEPAR, do DETRAN, enfim dos diversos órgãos que participam ativamente desse processo, que mais que servidores públicos são pessoas e que é necessário avançar na democracia e avançar na gestão democrática que é fundamental para dar cidadania, para dar dignidade, modificar a realidade na distribuição dos recursos públicos. Porque nós sabemos que antes de 2003, política pública nesse país estava servindo as elites. Hoje temos que reconhecer que demos passos importantes para que as políticas públicas possam servir a grande maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado!

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Acompanhava o pronunciamento do Deputado Plauto Miró Guimarães, que falava sobre a questão do Hospital João Vargas de Oliveira, em Ponta Grossa.

Deputado Péricles, V. Exa. iniciou, como Prefeito, os trabalhos para a reforma do Hospital João Vargas de Oliveira.

Quero hoje chamar atenção do Conselho Regional de Medicina, o CRM, que ao longo dos anos só aparece em Ponta Grossa quando lhe interessa, quando é mandado por alguém, “pau mandado”. O CRM do Paraná é “pau mandado” de alguém. Quando morre uma criança porque alguém cometeu um erro - e temos dois ou três casos em andamento, de uma criança que recentemente morreu - não se vê a presença do CRM. Mas quando está se terminando uma obra tão importante como é a obra do Hospital da Criança de Ponta Grossa, vem o CRM com a clara intenção de brincar com os direitos da cidade de Ponta Grossa.

Deputado Romanelli, V. Exa. vai gostar, tem o lado bom e o lado ruim. Vou começar pelo ruim. Ruim é o curso que Medicina que o Governador entendeu que não poderia continuar, porque o CRM disse que não era bom. Aí o Requião foi lá, fez aquela burrada, ouviu demais as conversas e se arrebitou, pegou mal. A cidade, nas eleições, devolveu a Requião a tristeza de ter perdido o curso de Medicina, independente de política.

A segunda coisa, a boa, é que o Governador como nunca na história da saúde, liberou recursos para fazer a reforma e ampliação do Hospital da Criança. Está praticamente pronto. Um hospital que era pequerruchinho, hoje está quase que dobrado, tudo novo, feito com carinho, feito com atenção. Está prestes a funcionar. E aí vem esse “pau mandado” do CRM, para querer dizer que tem que interditar o Hospital da Criança. Tem que interditar o CRM aqui, que não fiscaliza médicos clandestinos que tem nesse Paraná e que medicavam lá em Ponta Grossa. Médico que era fantasma. Está cheio de fantasma por aí. O Conselho Regional de Medicina tem que fiscalizar maus médicos, os maus profissionais, não ir lá em Ponta Grossa agora, dizer que tem que fechar o Hospital que está praticamente pronto, reformado e bonito como a cidade nunca teve. Este é o lado bom do Requião. Com demora, com sofrimento, mais está indo. O hospital, foi o estado que deu o dinheiro. Eu fui prefeito de Ponta Grossa e não recebi nada para o Hospital da Criança. Este Governo aí deu o dinheiro para fazer a reforma. São muitos milhões para fazer a reforma do hospital. Está lá. Está

faltando colocar os equipamentos, que o estado já está licitando. E vão ser colocados.

Agora, Deputado Péricles, esta briga começou lá atrás, quando V. Exa. era o Prefeito de Ponta Grossa, que o Governador lhe ouviu. Prosseguiu no mandato do Prefeito Wosgrau, que continuou brigando. E agora vem uma tropa de idiotas, professores de Deus, e este bando de “paus mandados” do CRM que usam idiotas para falar, dizer que tem que fechar o hospital. “Ah, tem que fechar o hospital! Tem que fechar o hospital!”

Tem que fechar eles, que nunca fizeram nada, que fecharam o curso de Medicina em Ponta Grossa, que fizeram a cabeça do homem do “Palácio do Pito” e que foi lá e fez a burrada. Estes “paus mandados”, que querem se promover com a desgraça alheia!

Eu sou adversário do Prefeito Wosgrau, mas não sou inimigo da cidade. Eu não quero aparecer em cima das criancinhas, para depois ter que pedir desculpas! Não! Não vou fazer isso, não. Criança é seriedade. Nós temos os nossos filhos. Promover-se às custas da desgraça alheia, para querer fazer mídia? Isto é para “pau mandado” do CRM, que deveria fiscalizar as irregularidades deste Paraná! A não aplicação dos recursos. Mas, não querer fechar um hospital, que está bonitinho. Está quase pronto.

Agora, é muito bonito. “Ai, que demora para fazer um hospital! Que demora!” É que tem gente aí que nunca construiu nada na vida e daí não sabe o que significa construir alguma coisa, como construir um trabalho, uma vida de trabalho. Uma vida de luta pela saúde. E a saúde não é só “blá-blá-blá”. Não é só falar besteira. Não é só falar. Falar não resolve. Tem que ter ações.

E aí, o lado positivo do Governo. Temos problemas? Temos, sim. Eu tenho cobrado, aqui. Mas, vamos parar de ser hipócritas, que as coisas não estão melhorando. Hipocrisia é para pessoas que querem se promover às custas do nosso povo. E isso não vou aceitar! Eu brigo com o Governador! “Quebro o pau” quando tiver que cobrar. Agora, brincar com o povo? Não vamos brincar. Querem brincar? Compre uns bonequinhos, alguma coisa que dê para brincar. Agora, não vamos brincar com o povo. O povo não merece ser massa de manobra de nenhum idiota, ainda mais “pau mandado” do tal do CRM, que deveria cuidar das suas coisas e não num hospital que está quase pronto, que tem a luta de dois Prefeitos. Um deles é meu adversário, mas há o reconhecimento de que as coisas estão caminhando. Não é com a desgraça alheia que nós vamos subir no degrau da vida!

Quero fazer este registro aqui, porque se as coisas vão acontecer no Hospital da Criança, começou com o Prefeito Péricles. Está terminando com o nosso Prefeito Wosgrau. Teve nossa participação como Deputado, teve a participação do Governador, e eu tenho certeza de que aquele hospital vai brilhar. Agora, fechar o hospital das criancinhas? Fechar? Daí, para onde vão as crianças?

Estes caras do CRM: cuidem da casa de vocês, porque vocês não cuidam! Não vão “encher o saco” em Ponta Grossa, porque da última vez que foram lá, causaram o maior prejuízo da história da saúde de Ponta Grossa, quando “fizeram a cabeça” do Requião, que como diz o Deputado Romanelli, que eu sou meio parecido com ele, e eu aprendi com ele! Um dia estou bom, outro dia não! É a escola do Requião! Então, naquele dia ele não estava bom, ele foi lá e fechou o curso de Medicina. Eu também sou assim. O senhor disse, ontem, lá. E eu sou mesmo! Tem dias que eu estou bom, tem dias que não estou bom! Eu sou assim, sou que nem o povo: tem dias que estou bom e tem dias que não!

Então é isso. Quero deixar este registro aqui e dizer que o CRM que vá cuidar da casa deles! Não precisa mais ir a Ponta Grossa, não, deixa lá, lá está saindo um hospital regional, que alguns babacas disseram que não iria sair. Sr. Presidente, babaca, a palavra é essa, alguns babacas disseram que não iria sair. Está lá a construção. Vão caminhar no hospital, vão ver a obra do pronto-socorro quase pronta.

Só para concluir, Sr. Presidente. Só para deixar então esse recado, porque entendo que mexer com o nosso povo com demagogia, com picaretagem, não vou ficar quieto não de jeito nenhum. E amanhã, Sr. Presidente, eu vou falar sobre a reunião da Comissão de Fiscalização comandada pelo nosso Presidente Artagão de Mattos Leão Júnior. Tivemos uma reunião muito importante - o Deputado Edgar estava lá - tem muita coisa boa e nós cumprimos a nossa parte como fiscalizador desta Casa.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PDT. Com a palavra, Deputado Luiz Carlos Martins.

### ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Eu até não iria utilizar o horário da Liderança do PDT, mas diante de alguns fatos ocorridos hoje nesse Plenário, não poderia me calar, até porque fui escolhido por ele para ser Líder do PDT aqui nesta Casa. Ele tem uma história bonita, foi Deputado, foi Prefeito de Cascavel, voltou a ser Deputado. É um homem que tem fé pública. Na verdade todos nós aqui temos fé pública, uns têm fé pública com quarenta mil votos, outros com cento e vinte mil votos, outros com setenta mil votos, mas todos aqui têm a fé pública desses votos.

É muito grave o que nós presenciamos hoje aqui, Sr. Presidente Nelson Justus, gravíssimo. Senão vejamos, quem leu os jornais de hoje, quem leu todos os jornais de hoje - e a imprensa é testemunha disso - Deputado Romanelli, aqueles que leram entenderam que aqueles que não

assinaram a PEC eram a favor do nepotismo. É assim que o povo entendeu. E isso foi divulgado para todo o Paraná, porque o jornal reflete nas emissoras de rádio, e nós sabemos, Deputado Jocelito, a força que tem o rádio. Então, o povo entendeu que aqueles que não assinaram são a favor da contratação de parentes. Eu já votei nessa mesma PEC aqui, eu já votei, apresentada pelo mesmo Deputado e perdemos. O Deputado Reni Pereira que é bom em números, parece-me que perdemos por 4 votos, exatamente. Dessa vez resolvi não assinar, sabe por quê? Porque esse filme eu já vi, esse filme eu já presenciei, eu já vi tantos documentos, e V. Exa., Sr. Presidente, também, com assinaturas que depois foram retiradas. Eu me lembro de um episódio nesta Casa em que eu disse: “Eu não vou assinar”. “Por que você não assina?” “Eu não assino porque eu sei que lá na frente a maioria vai retirar as assinaturas”. E foi exatamente isso que aconteceu. Mas quem leu os jornais de hoje, quem ouviu as emissoras de rádio hoje, entendeu que aqueles que não assinaram são a favor do nepotismo.

Voltando, o Deputado Edgar Bueno, companheiros dos melhores do PDT, firme em suas posições, homem de fé pública. Ele vai ao microfone desta Casa e diz: “Eu não assinei a PEC. Não é minha assinatura.”

Se não foi ele que assinou, quem foi? De quem é a assinatura? É assinatura fantasma? Algum Deputado fantasma? Não temos aqui Deputados fantasmas, pelo contrário, temos aqui Deputados atuantes.

A assinatura não é do Deputado Edgar Bueno. De quem é a assinatura? Aí caem todos no descrédito. E um crédito que demoramos tanto tempo para conquistar, Sr. Presidente!

É preciso uma investigação profunda, doa a quem doer. Quem assinou? Todos aqui querem saber. Tenho certeza que os jornalistas que estão aqui querem saber quem assinou. Porque esses valorosos repórteres e jornalistas vão ser cobrados lá da redação do jornal pelo editor, diretor. Já estão ligando para eles aqui. Eles estão perguntando lá: “Quem fez essa PEC? Quem colheu as assinaturas dessa PEC?” Eles querem saber. Sabe por quê? Porque o povo vai cobrar “vocês falaram, divulgaram”.

Agora, vai o Deputado Edgar Bueno com uma história tão bonita, um homem de fé pública e diz: “A assinatura não é minha.” Foi o que ele disse e acreditamos nele.

Então, de quem é a assinatura? Uma outra pergunta, Sr. Presidente: quem divulgou os nomes para os jornais? É preciso uma investigação profunda, sem revanchismo, sem maldade, até para preservar os próximos manifestos desta Casa.

Sr. Presidente, V. Exa. tem toda razão, seria o mesmo que rasgar essa ata. Se rasgar a ata nenhuma mais vai ter valor nesta Casa. A ata é um documento de maior importância.

De quem é a assinatura? O Deputado Edgar Bueno afirmou que a assinatura não é dele. E ele tem fé pública. Quem é que divulgou os nomes para a imprensa?

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PR/PRB/PV, Democratas, PP.

(Declinaram).

PT. Com a palavra Deputado Péricles de Mello.

## ***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu tinha uma postura muito clara desde o início do debate sobre a saúde em Ponta Grossa. Quando o Secretário da Saúde declarou que em 30 dias os leitos estariam colocados nos hospitais, fiquei muito contente, como toda a população de Ponta Grossa. Quando passou o prazo e os leitos não foram colocados, todos nós aqui sabíamos que não havia condições, infelizmente ainda, porque as reformas haviam demorado, tanto no Pronto Socorro como no Hospital da Criança, para colocar os leitos da UTI. Fiz a defesa nesse sentido.

Bem, as coisas mudaram porque o Pronto Socorro está concluído e o Hospital da Criança também. Então, não há nenhuma justificativa mais para que os leitos que o Secretário prometeu não sejam colocados. Em função disso, mesmo porque qualquer um de nós que está aqui tem que se sensibilizar, principalmente os ponta-grossenses. Mesmo porque algumas pessoas acabam usando isso como instrumento dentro da política, contra colegas.

O Vereador Baixinho começou a caminhada de Ponta Grossa a Curitiba, Vereador popular ligado aos segmentos mais sofridos da população. Acho que temos de dar uma clareza definitiva à nossa comunidade sobre a questão das UTIs, mesmo porque não posso aceitar.

Hoje, Deputado Marcelo Rangel, ligou-me uma companheira do PT, dizendo que o senhor está usando a rádio para dizer que eu acho que a saúde está resolvida em Ponta Grossa. Nunca achei isso, mas se o senhor falou, gostaria de deixar claro que eu nunca disse isso. Sou uma pessoa que instalei 22 equipes Saúde da Família, enquanto Prefeito. Consegui recursos para reforma do Pronto Socorro do Hospital da Criança, fiz reformas também, infelizmente foi no último ano do meu Governo. A empresa que ganhou a licitação deu um desconto muito grande, abandonou a obra, foi multada e agora o Prefeito está a quase três anos, está terminando finalmente as obras com o dinheiro que deixei.

E confiei sempre naquela audiência que aconteceu na cidade.

Então, em função dessas questões, conheço, vim de um partido popular, um trabalho de organização comunitária, de favelas, movimentos culturais, estudantes, associações de moradores, e sinto como qualquer pessoa que tem humanidade no coração o sofrimento do novo povo em Ponta Grossa e em tantas regiões do Paraná e do Brasil. Temos de encontrar uma solução definitiva para esse problema.

Hoje, estive na Secretaria de Saúde, conversei longamente com o Diretor Gilberto - inclusive peço desculpas ao nosso Deputado da Comissão de Fiscalização, não pude vir na reunião da comissão por esse motivo - e ele esclareceu-me definitivamente algumas questões.

Em primeiro lugar, as UTIs do Pronto Socorro estão prontas, estão lá, está tudo certo acertado com o Governo, depende apenas do Prefeito Municipal que o Pronto Socorro comece a funcionar com as UTIs. Houve muita conversa entre o Governo Municipal e o Governo do Estado, inclusive o Governo do Estado está comprometido em repassar R\$ 500 mil quando estiver funcionando tanto o Pronto Socorro como o Hospital da Criança com as UTIs. Ele repassa, coloca no Fundo Municipal de Saúde esse recurso para que o Prefeito organize conforme a gestão municipal de Ponta Grossa.

As UTIs neonatais da Santa Casa só não foram colocadas porque não há espaço físico. A Santa Casa, segundo informações da Secretaria de Saúde do Paraná, começou a reforma na semana passada. Tão logo a reforma esteja concluída, estão lá os leitos de UTI. E está havendo uma negociação com o Bom Jesus, que não tem o espaço físico para as UTIs prometidas. As UTIs existem, estão compradas. Esta é a informação que recebi.

O problema passa a ser o Hospital Infantil. Queria fazer um parêntese aqui, Deputado Marcelo Rangel. Existem hospitais de baixa complexidade que não tem UTI e funcionam. Quando eu era Prefeito, nunca o Conselho de Medicina foi ao Hospital Infantil dizer que ia embargá-lo. Deputado Jocelito a sugestão aqui foi embargar? Nunca ninguém foi.

O hospital pode funcionar, o Vicentino funcionou durante muito tempo sem UTIs, porque é um hospital de baixa complexidade.

O problema que me preocupa, centralmente, Deputado Marcelo Rangel e acho que todos nós temos que nos dar as mãos, porque não é carreira política, disputa ou discurso de rádio. O que está em jogo é a situação da cidade, como sempre esteve. Todos nós queremos resolver a questão da saúde de Ponta Grossa.

Peço ao Deputado Romanelli, que é o Líder do Governo, juntamente conosco, os quatro, uma audiência com o Governador Roberto Requião, para que tenhamos uma palavra definitiva sobre essa questão, para não criar falsas expectativas e para que o povo de Ponta Grossa tenha consciência: "Olha, em tanto tempo vai ter UTIs no Hospital Infantil", porque a expectativa é o que de pior pode existir. A expectativa dá margem a discurso contraditório e discurso de ilusão da consciência do povo. Temos que, definitivamente, conversar com o nosso Governador Roberto Requião, para termos uma clareza de quando estarão prontos os leitos à disposição do Hospital Infantil. Como é que está a relação do Governo do Estado, da Prefeitura, para que essa solução venha o mais depressa possível, dentro das possibilidades.

Volto a insistir, porque acredito que o Governo Requião pode ter erros e o Secretário errou ao estabelecer o prazo. Mas acho que o Governo tem boa intenção com a saúde, porque colocou no Hospital Regional R\$ 17 milhões. No meu Governo deu 18 leitos, que não havia. Não podemos nos esquecer desse avanço estrutural do Governo. Reconhecer os seus erros, mas reconhecer também que é um Governo de cunho popular, que tem uma preocupação central com a saúde, mesmo que tenha cometido erros de burocracia, às vezes, de prometer coisas que não foram cumpridas.

Acho que o momento é para nos unirmos. Destaco aqui, o pedido ao Deputado Romanelli, que nos ajude nisso. Eu também vou levar ao Governador. Nós quatro, definitivamente, os Deputados de Ponta Grossa, junto com o Líder do Governo, vamos fazer uma audiência, na semana que vem, com o Governador Requião, no final de semana, para termos uma clareza, para termos a clareza de orientar um caminho claro e transparente, para a nossa comunidade, para que não fique sofrendo com falsas expectativas. Eu, do fundo do meu coração, entendo que o Governo tem compromisso com a saúde.

Primeiro, concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel e em seguida ao Deputado Jocelito Canto.

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputado Péricles, queria parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, dizer que eu nunca disse em emissora de rádio, que o senhor acha que a saúde está indo muito bem. Não. Eu falei que o Governo já se pronunciou várias vezes, dizendo que realmente não existem problemas gravíssimos em Ponta Grossa. Nós, aqui, da bancada de Ponta Grossa, todos os quatro, sabemos que o problema é grave, é caótico.

Deputado, estive ontem no Hospital da Criança, que é fantástico. Nunca recebemos nenhuma reclamação sequer de um ouvinte, que tenha sido mal atendido no hospital da Criança. Pelo contrário, só se falava muito bem do Hospital da Criança da cidade de Ponta Grossa.

Quando o Conselho Regional de Medicina levantou a hipótese da interdição, fiquei pasmo. Não é possível, acho que o CRM deve estar confundindo, deve ser uma outra instituição! Aconteceu uma reforma no Hospital da Criança há pouco tempo! Fui lá ontem e pude constatar que o hospital está em ótimas condições, mas não existe nenhum equipamento para operação, para UTI, nenhum leito sequer, nenhuma cama. Existem dois monitores cardíacos que também estão defasados, com problemas técnicos. Ele é um grande ambulatório.

Fico pensando que o hospital está instalado há quase 12 anos, tem essa estrutura para receber as UTIs pediátricas. Ponta Grossa não tem uma UTI pediátrica. Tem estrutura para um sistema de operação também modelo. Toda a estrutura está preparada. O Secretário da Saúde, quando esteve em Ponta Grossa, disse que a cidade não tinha espaço, estrutura física para receber as

UTIs, o que não é verdade, porque o Hospital da Criança está preparado para receber.

A Comissão de Saúde assinou um documento pedindo ao CRM, para que não faça a interdição branca. Isso, nós condenamos também, porque milhares de crianças vão ficar desassistidas.

#### **O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)**

Deputado Marcelo, veja bem, as reformas que foram feitas com esses recursos do Governo do Estado, é bom que se diga, e parte da Prefeitura... (orador fica sem som)... para transformar o Hospital da Criança em um hospital de complexidade mais elevada. E a minha proposta é que temos uma solução definitiva para essa questão.

Se o Governo não tem as UTIs que foram prometidas para o Hospital da Criança, que nos diga: “Olha, vai demorar tanto tempo para comprar”, para que a população tenha clareza do que vai acontecer em Ponta Grossa e para que não fique essa situação desesperadora que está atingindo tantas pessoas de boa intenção, inclusive, saiu de lá um Vereador, andando pela rodovia, é uma pessoa que tem problemas de saúde.

Então, temos que ter uma solução clara, transparente e definitiva para essa questão de Ponta Grossa. Desculpe-me, Deputado Jocelito, não poder lhe ceder aparte, mas acho que todos nós queremos o bem da nossa cidade, todos nós. Vamos nos unir e falar com o Governador.

Muito obrigado.

#### **O SR. OSMAR BERTOLDI (Democratas) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, devido a relevância que a cidade de Ponta Grossa tem apresentado em nosso estado e aos debates que tenho assistido sobre o tema Ponta Grossa, queria fazer uma sugestão a esta Casa da criação do Horário da Liderança dos Deputados de Ponta Grossa.

#### **O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria que o senhor colocasse também o Deputado que acaba de falar no microfone, porque ele, na eleição, foi a Ponta Grossa e fez mais de 1.000 votos e depois da eleição eu não o vi mais lá.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com a palavra PSDB.

**(Declina)**

PMDB: com a palavra o Deputado Eduardo Cheida.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Luiz Eduardo Cheida***

#### **O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

O Pico do Paraná pega fogo há 4 dias. São quase 1 milhão de hectares já queimados. Ali, patrimônio da humanidade, Serra do Mar, local de interesse histórico,

paisagístico e ambiental, está queimando e pior, o fogo, Deputada Beti Pavin, já atingiu o subsolo, já não está mais só na camada superficial da terra, o que faz com que para que seja contido, controlado e apagado, de fato, tenhamos que lançar mão de outras estratégias do que as que têm sido lançadas até agora. Há mais de 100 pessoas trabalhando voluntariamente, além do IAP, Corpo de Bombeiros, e outros, Deputada Rosane, para conter o sinistro naquele local, que, aliás, é fruto da combinação mortal de 2 fatores. O primeiro, uma seca quase sem precedentes. O segundo, a liberação para acampamentos e outras atividades montanhísticas naquele local, o que nos faz pensar que devêssemos proibir ou o Governo devesse proibir nesta época do ano qualquer tipo de acampamento na Serra do Mar, nessas regiões que são atingidas pela seca.

O fato, Sr. Presidente, é que eu gostaria de encaminhar na Sessão de hoje um pedido, um requerimento, e espero que, junto com a assinatura de todos os Deputados, para que o 20º Batalhão de Infantaria Blindado, o 20º BIB, pudesse auxiliar o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, nisso que é talvez um dos seus maiores trabalhos e maiores tarefas neste momento. Espero que estejamos podendo aprovar esse requerimento, solicitando aos responsáveis, ao Comandante do 20º BIB para que faça imediatamente esse socorro, esse auxílio à Serra do Mar, em especial ao Pico do Paraná, porque se ele queima hoje os seus mais de 70 hectares, daqui a pouco, daqui a algumas horas pode ser que outros locais tão importantes quanto ele na Serra do Mar estejam a mercê também desse sinistro que começou há 4 dias, desde domingo último.

Mas, além disso, Sr. Presidente, eu quero, a pretexto do que ontem discutimos aqui com relação às sacolas oxibiodegradáveis, e a Deputada Rosane retirou o seu projeto, infelizmente, mas sem dúvida nenhuma não se retirou da discussão, quero lançar uma pergunta aqui que também não quer calar: a quem é que interessa, de fato, não ter no Paraná as sacolas oxibiodegradáveis? O plástico, como nós sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está sendo produzido desde a década de 30 no mundo. Menos de 5% desse plástico até hoje foi incinerado, o que significa que mais de 95% do que foi produzido no planeta ainda está aí, porque o plástico demora mais de 600 anos para se decompor. Mas, curiosamente, a Assembleia Legislativa do Paraná corre o risco, hoje, de ter que sair correndo atrás dos costumes para só então fazer uma lei sobre as sacolas oxibiodegradáveis. Eu digo isto porque há empresas no Paraná que já vendem, comercializam e aplicam essas sacolas.

Vejam os Srs. Deputados, Curitiba, através da Arauplast, das Embalagens Viva; Cascavel, através da Polibeg; do Grupo Nova; Colombo, através da Luxplast de Colombo; Maringá, através da Yop; Foz do Iguaçu, através da Polibeg Plásticos; Quatro Barras, através da Zivalplast; São José dos Pinhais, através da Dinaplast; Pinhais, através da Nekplast; Londrina, J. P. Embalagens, Royal Pack e Yop Tekpak e outras mais, o que significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Paraná já está

comercializando, a despeito de qualquer lei na Assembleia.

Muitas vezes as leis precedem os costumes, mas agora o que me parece é que nós, na Assembleia Legislativa, ou tomamos esta questão nas mãos e a discutimos profundamente ou vamos ter que sair correndo atrás dos costumes para só então fazer as leis.

Quero dizer aqui que não existe nenhum laudo científico no mundo produzido nem pela indústria petroquímica e nem por ninguém, dizendo que as sacolas oxibiodegradáveis são danosas ao ambiente ou que não funcionam. Não existe, não tem em lugar nenhum, cientificamente dito não tem. Fiz um rastreamento e uma procura e coloquei todos aqueles que poderiam me ajudar nesta tarefa já, desde há 2 meses. Não existe no mundo nenhum laudo científico que comprove um dano ao meio ambiente pelas sacolas oxibiodegradáveis.

Entretanto, a indústria do plástico e a indústria petroquímica não querem a sacola. E eu arrisco dizer aqui, não quer porque quando o povo disser: “Queremos a destruição de uma sacola plástica”, ele está falando, admitindo que o plástico é danoso ao meio ambiente e isto a indústria petroquímica não aceita, tanto que tenho em mãos um documento que depois quero passar aos Srs. e Sras. Deputadas e a imprensa também da chamada Plastivida do Brasil, comunicando à indústria petroquímica algumas vitórias e dentre essas vitórias apontando que hoje a sacolinha plástica é quase uma unanimidade por sua praticidade. E que neste campo tivemos vitórias expressivas em várias partes do país contra a disseminação e obrigatoriedade do seu uso.

Mas, o que me chama mais a atenção é o fato, Deputado Romanelli, desta Plastivida, que representa o setor petroquímico, estar comemorando que eles estão triturando as sacolas de pano no estado de São Paulo. É, parece uma brincadeira, mas dizem aqui - depois deixo às mãos dos Srs. Deputados - no sentido de neutralizar os impactos negativos da campanha das sacolas de pano. Informamos que já tomamos as medidas necessárias para reverter esse quadro.

Impactos negativos de uma sacola de pano? É a Plastivida quem diz, a Plastivida, que representa o setor petroquímico.

Pergunto novamente: a quem interessa, no Brasil, então, que não progrida esta discussão das sacolas oxibiodegradáveis? Acredito que interessa ao setor plástico e não há dúvida nenhuma que a Assembleia Legislativa do Paraná deve discutir isto com maior profundidade.

Por isso, vou propor, através da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, o chamamento de um seminário com autoridades e se possível até autoridades internacionais, se a Assembleia assim o entender, para que não sejamos aqui nenhuma instituição taxada depois como “Maria vai com as outras”, mas que também não sejamos os “bois de piranha”, que me parece a indústria quer que sejamos. É preciso meter a colher nesta conversa. Por isso, acho nefasto qualquer tipo de deixar para lá essa discussão. Ela

é importante, há setores de peso envolvidos nisso. Não quero ser manipulado, nem usado e nem tampouco os Deputados que apresentaram os seus projetos de lei, o Deputado Caíto com larga experiência, o Deputado Stephanes Júnior, Deputada Rosane Ferreira, mas precisamos retomar essa discussão. A Plativida, que representa o setor petroquímico, está delirantemente comemorando a destruição das sacolas de pano no Brasil. Alguma coisa deve estar errada.

Nesses segundos finais, concedo aparte a Sra. Rosane Ferreira.

**A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Quero parabenizá-lo pela colocação e quero realmente ratificar as suas palavras. Retirei o meu projeto, mas não saio da luta contra o dano que as sacolas plásticas estão causando ao meio ambiente.

O que senti é que o meu projeto de lei estava contemplado nos outros 2 projetos e eu os sentia mais eficazes, no momento, do que o meu projeto, que visava criar apenas um programa.

Como falei, conte comigo. Estarei presente enquanto Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Ecologia.

Tenha em mim uma auxiliar nessa sua proposta. Muito obrigada.

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)**

Muito obrigado.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Só para fazer um comunicado à Mesa, aos Srs. Deputados e à imprensa que ainda cobre a Assembleia Legislativa.

Fui procurar no meu gabinete a 2ª via do projeto que apresentamos, e protocolamos com as 18 assinaturas, referente a questão do nepotismo. Na 2ª via do projeto apresentado também consta a mesma assinatura que se diz não ser do Deputado - ele já falou aqui que não é dele - mas é de algum Deputado também assinou a 2ª via. Acho impossível que alguém tenha assinado na primeira por engano e não tenha assinado também por engano na segunda. Seria absolutamente inconcebível que houvesse duas vezes a mesma assinatura. É verdade que no livro de autógrafo há divergências com relação às assinaturas. Não cabe a mim fazer essa afirmação.

Agora, quero deixar muito tranqüila esta Mesa, muito tranqüilos os Srs. Deputados que acompanham a Sessão de hoje, que as duas vias estão com a mesma assinatura e não há diferença entre a 1ª e a 2ª via. Foi essa assinatura, por alguma razão confundida com a assinatura do Deputado Edgar Bueno, que já se manifestou dizendo que não é sua e obviamente que foi.

Agora, quero deixar muito claro que esta assinatura pertence a um Deputado, porque Deputadas temos poucas e apenas duas Deputadas assinaram. Então, não

há dúvidas que essa assinatura é de um Deputado desta Casa e que foi feita nas duas vias.

Achei que deveria, até por dever, fazer esse esclarecimento a V. Exa. e à Mesa, porque comentei que é muito simples e espero que não precisemos chegar a buscar elementos técnicos, para podermos fazer com que essa assinatura seja reconhecida. Eu acho que não. Mas, é muito tranqüilo e sabemos que ela de fato existe.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Romanelli, pela ordem.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, na verdade, nesta Sessão não queria mais tocar nesse assunto, mas tendo em vista que o Deputado Tadeu Veneri toma iniciativa de fazer esse pronunciamento, quero dizer a V. Exa. o seguinte: tenho tentado aqui, desde o primeiro questionamento que fiz, que não queria, por óbvio, rejeitar a ata. Só queria fazer a ressalva na ata em relação a falta de formalidade do recebimento. Por conta do quê? De uma assinatura de um Deputado fictício, na PEC. Efetivamente é isso. Por que? Porque os Srs. Parlamentares que estão aqui, nenhum deles assinou. Nós não temos, enfim, o autor da assinatura.

Muito bem, eu fui ao comitê de imprensa agora há pouco, Deputado Tadeu Veneri, e o que me disse a imprensa? “Olha, o Deputado Tadeu Veneri disse o seguinte, isso pode ser uma manobra do Governo para matar na casca a PEC”. A imprensa acabou de me dizer, tem vários jornalistas que me disseram isso.

Ora, Sr. Presidente, sinceramente, tenho tratado do tema ressaltando o autor do requerimento. O autor deveria saber de quem são as assinaturas que ele coleta, é prudente, todo Parlamentar faz isso quando coleta uma assinatura.

O que não é possível aceitar, na verdade, é o seguinte: quem tem que explicar neste momento este tema, Deputado Tadeu Veneri, me desculpe, é V. Exa.

Eu nunca havia visto, Sr. Presidente, nem eu e nenhum integrante da nossa bancada, pelo que eu sei, nunca tinha visto essa Proposta de Emenda Constitucional. Aliás, até queria saber, porque me disseram que fulano de tal assinou, a, b ou c. Nunca! O Deputado Tadeu Veneri guardou a 7 sete chaves essa PEC, durante meses aqui. Ele tinha a posse do documento, sempre teve a posse do documento. Então, não pode querer imputar essa responsabilidade de ter a assinatura de um Deputado fictício.

Sinceramente, é necessário que essa questão seja esclarecida pelo autor e não por mim. Eu não tenho como esclarecer. Eu questionei com base na declaração do Deputado a quem foi atribuída, supostamente. Ele só leu nos jornais, que ele podia ter assinado. Disse que não assinou. Nós investigamos rapidamente, checamos com o livro de autógrafos. Aquela assinatura não é de nenhum Parlamentar desta Casa, por quê? Porque o que vale, sabemos disto, no livro de autógrafos é efetivamente a



assinatura, tanto que a Mesa, muitas vezes, comigo mesmo, faz refazer para poder conferir com o autógrafo que está ali na Mesa. Acho que está correto, do ponto de vista da formalidade do Legislativo.

Agora, o que não é aceitável é esse tipo de declaração que foi feita pelos jornalistas, de um documento que nunca circulou nas minhas mãos. Nunca! V. Exa. sabe disso!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Tadeu Veneri, pela ordem.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Não quero aqui fazer um debate com o Deputado Romanelli, apenas esclarecê-lo. Da mesma forma que foi perguntado se esta era uma manobra do Governo, eu falei que não entendo assim. O Deputado poderá vê-lo, inclusive, no vídeo. Da mesma forma me perguntaram: “O senhor acha que o Deputado Romanelli está dizendo que o senhor falsificou assinatura”? Eu falei: não, não entendo assim, porque o senhor não disse isso.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Sei que não é um debate, mas eles me falaram até: “É uma fraude?” Eu disse: de maneira nenhuma penso que é um equívoco. Foi isso que eu disse.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Estou fazendo isso com muita tranqüilidade porque entendo o seguinte: uma coisa é o que nos perguntam, outra coisa é o que nós respondemos. Da mesma forma que me perguntaram se eu achava alguma coisa e eu falei que não. Acho que devem ter lhes perguntado e o senhor também falou que não.

Então, para que não deixemos nenhuma dúvida, eu não estou aqui pedindo para que o Deputado Romanelli, em nenhum momento, vá verificar o autógrafo a, b ou c, e diga que é isso ou aquilo.

Não devo ser eu que vá fazer e explicar esse tipo de coisa, porque a mim compete entregar à Mesa e o senhor, como um Deputado experiente sabe disso, a mim compete entregar à Mesa o projeto com as assinaturas e àqueles que conferem, cabe dizer se há ou não o número de assinaturas. Está esclarecido ao Presidente e à Mesa. Espero que possamos, com certeza, e não gostaria de entrar nesse debate e prolongá-lo, mas há mecanismos ...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Apenas para tranqüilizar a V. Exa. e a todos os Parlamentares, imprensa, V. Exas, sabem da maneira como tenho me conduzido dentro do equilíbrio, da magistratura, procurando estabelecer, acima de tudo, aquilo que é correto. Nem tanto o céu, nem tanto a terra. Ninguém aqui nesta Casa levantou qualquer dúvida quanto se a assinatura é genérica, falsa ou verdadeira. A assinatura

não é da pessoa que foi indicada como subscritor, no caso o Deputado Edgar Bueno.

Não cabe também neste momento alguém imaginar que a Mesa se submeteria a alguma manobra do Governo para brear a PEC, até porque não houve essa manobra e a Mesa não entraria numa canoa furada como essa. Tem as 18 assinaturas dá-se início. A partir do momento em que o escritor, entre aspas, não assinou a PEC, avoqueei para mim a responsabilidade de verificar, e se efetivamente não constarem as 18 assinaturas volta-se ao autor para que colha mais uma delas.

Vamos evitar divagações, dilações ou coisa parecida. Vamos manter o equilíbrio. A presidência avocou para si a responsabilidade de dar prosseguimento ou não.

Como bem disse o Deputado Tadeu Veneri, tem milhares de mecanismos para verificarmos quem assinou, ou se não é de ninguém a assinatura, pode haver algum equívoco, alguém rabiscou duas vezes, mas não se trata de nenhuma manobra, nem de cá, nem de lá. Vamos manter o equilíbrio, com certeza.

Passo a palavra à Liderança do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

Acho que já falei demais hoje, mas tenho que cumprir uma formalidade aqui, que assumi um compromisso ontem nesta Casa e quero cumprir.

Queria pedir ao Deputado Elio Rusch, que é Líder da Oposição, que pudesse receber, mas pediria que V. Exa. pudesse acompanhar também pelo Deputado Jcelito que está num grande dia, diga-se de passagem, para que pudessem receber as chamadas notas fiscais que eu disse que traria a esta Casa. Confesso que, por uma série de atribuições, não havia trazido ontem, mas ontem saí daqui com a obrigação de poder pegar as cópias das notas fiscais.

Primeiro gostaria de passar a V. Exa., tenho 4 jogos de notas, porque são muitas notas de televisores, mas as notas por si só são explicativas. Primeiro, a nota que é emitida pela CCE da Amazônia S/A, que é a fabricante dos televisores, está aqui o valor global e o valor unitário, R\$ 700. E aqui a nota fiscal da empresa que venceu o procedimento licitatório, uma empresa paranaense - depois falo um pouco sobre ela - mas que está aqui a nota fiscal onde comprovam o preço total pago pela Secretaria de Estado da Educação, que foi R\$ 860, ou seja, 16% aproximadamente de lucro bruto.

Considerando a carga tributária, porque só aqui há isenção de ICMS, todos os outros impostos incidem sobre operação, e certamente resultará numa margem, penso eu, entre 6% e 8% de resultado para a empresa, fora as despesas administrativas que ela tem, do ponto de vista da gestão dos seus negócios.

Então, quero entregar a V. Exas., são documentos fiscais, cópias xerográficas, para o Deputado Elio, para o Deputado Jocelito. São notas diferentes, mas são amstras, porque são lotes de 256 unidades. São muitas notas fiscais, na verdade, mas, que exemplificam efetivamente a compra dos televisores.

Eu queria, Sr. Presidente, ainda dentro do horário da Liderança do Governo, acrescentar aos nobres Deputados que a Empresas Cequipel - e outro dia eu conversava com o Líder do Governo -, ex-Líder do Governo, o Deputado Valdir Rossoni - que a Cequipel é a maior fornecedora de móveis aqui para a Assembléia Legislativa. Aliás, todos os móveis que tem aqui na Assembléia foi a Cequipel que vendeu, através do procedimento licitatório. Aqui tem um catálogo, inclusive, dos produtos que a empresa Cequipel fornece na área de tecnologia da informação. É uma das grandes empresas paranaenses pagadoras de ICMS do setor moveleiro.

E eu gostaria também, Deputado Elio Rusch, de passar à Liderança da Oposição este catálogo da empresa Cequipel, para se ter uma idéia de quem é a empresa, um referencial. E aqui tem um vídeo de uma matéria que a NET fez sobre o grupo Cequipel, na área de tecnologia de informação. Também é uma matéria longa, interessante, mas que dá para se ter uma idéia de como esta empresa está trabalhando. É uma empresa paranaense, merecedora...

#### **O Sr. Jocelito Canto (PTB) (Aparte)**

Só queria registrar que toda esta confusão termina no momento em que o Governo apresenta aquela sugestão que dei em Plenário, as notas da CCE, da origem, do fabricante e as notas de quem revendeu. Pronto. Acabou a conversa. Sabemos quanto custou cada televisão.

#### **O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Deputado Jocelito, queria passar às suas mãos, porque o senhor tem computador com DVD ali. V. Exa. pode assistir a este DVD, que fala sobre tecnologia de informação, e na verdade, fazer alguns esclarecimentos adicionais. Esses televisores custam 12% a mais, no custo dele, por conta do cinescópio, porque a utilização da porta USB, do sistema de pen drive - onde está o Pastor Praczyk, que entende muito de informática - ele tem que utilizar um modelo de cinescópio, normalmente é a máscara AK, e neste caso, é do tipo invarmask, justamente para que não tenha o chamado efeito, e é importante falar sobre isto, não tem o televisor o efeito duning, que ocorre em todos os aparelhos de TV com cinescópio tipo AK, e que consiste no aquecimento em demasia em todos os pontos, com a coloração mais clara, apresentados na imagem, o que faz com que a imagem fique desfocada, podendo ocasionar inclusive o aparecimento de manchas definitivas no monitor da TV.

Eu explico isto porque, na verdade, o custo de produção deste televisor onerou em 20%, por conta do equipamento do sistema da porta USB, para utilizar o pen

drive, porque como todos nós sabemos, porta USB possibilita a conexão pen drive, o MP3 player, o MP4 player, a conexão do cartão de memória para uso de câmeras digitais, via cartão de leitura de memória, reprodução de arquivos no formato MPEG2, MPEG4, DIVIX, MP3, MP4 e JPEG.

Tudo isso, na verdade, para dizer que o que foi aqui motivo de um grande debate, penso que nas palavras do Deputado Jocelito estão os esclarecimentos.

E eu quero também, vou entregar Deputado Elio Rusch, a V. Exa., e também pediria que tirasse cópia, entregasse ao Deputado Valdir Rossoni e ao Deputado Jocelito, o próprio documento que o Diretor-Presidente do grupo Cequipel, Airton Bohrer Oppitz, me enviou, para V. Exa. ter todos os esclarecimentos necessários sobre alguns aspectos técnicos que certamente responderão àqueles questionamentos que foram formulados aqui, com base inclusive nas notas taquigráficas que eu enviei à empresa Cequipel.

Com isso penso que podemos, de fato, encerrar esse episódio se V. Exas. entenderem-se satisfeitos do ponto de vista dos esclarecimentos que estamos apresentando.

Era isso, Sr. Presidente. Para esta Sessão, hoje, eu falei demais, mas penso que na verdade o Parlamento é isso, é o espaço de debate, do contraditório, fundamentalmente da boa relação que deve existir entre Situação e Oposição, e de fato podermos avançar, porque eu também defendo o resgate das prerrogativas desta Casa, o fortalecimento do Poder Legislativo, a absoluta prevalência do exercício livre, pautado pelo livre arbítrio do Parlamentar, do seu, mandato que foi conferido pelo povo paranaense, e certamente aqui, hoje, esclarecemos uma questão que foi muito questionada e penso que trazemos aqui os documentos necessários para esclarecer o tema.

Era isso, Deputado Elio Rusch.

#### **O SR. PRESIDENTE - (Nelson Justus)**

Liderança da Oposição.

**(Declina)**

### ***Ordem do Dia:***

#### **O SR. PRESIDENTE - (Nelson Justus)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação n.º 280/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, a reforma no Colégio Estadual Professora Maria Aparecida Militão de Souza Pereira, de Telêmaco Borba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n°. 281/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado a construção de uma quadra esportiva coberta e a aquisição de um imóvel próprio para o Colégio Estadual Alberto Gomes Veiga, de Paranaguá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis, na 3ª Conferência Estadual das Cidades, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Deputados Luiz Claudio Romanelli e Elton Welter, para representar esta Casa de Leis, na 3ª Conferência Estadual das Cidades, nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2007, na cidade de Foz do Iguaçu/PR. **Aprovado. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Fábio Camargo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessita de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes. Estabelece vínculos de comunicação entre a Instituição Policial e as comunidades com o objetivo de facilitar a captura de criminosos e prevenir crimes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 279/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que estabelece a obrigatoriedade da publicação de balanços e demonstrativos por parte das entidades ONGs, OSCIPs, Fundações e Associações

que recebem verbas de subvenções e auxílios ou parceria do Governo do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, nos seguintes termos:

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 279/07**

Art. 1º Inclua-se no artigo 1º da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 279/07, após ... recursos públicos estaduais:

(...) e municipais, ...

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do projeto.

Sala das Sessões, em 12.09.07.

(a) EDSON SATRAPSSON

Apoioamento:

Teruo Kato, Marcelo Rangel, Elton Welter e Chico Noroeste.

**O Projeto retorna à CCJ para apreciação da Emenda.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 441/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que concede o título de Cidadão Honorário Paranaense a Dra. Elisabeth Kather, Meritíssima Juíza de Direito da Comarca de Loanda. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Devidamente registrado.

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que dá nova redação ao inciso I do artigo 4º, da Lei nº 10671/93. (Taxa Ambiental). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Céu Azul, os lotes nºs 7 e 8 da quadra nº 100, do loteamento urbano daquela cidade. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 47107, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que institui a obrigatoriedade de tradução simultânea, aos portadores de deficiência auditiva, nas propagandas oficiais veiculadas pelo estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDDMCA. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 223/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que regulamenta a propaganda oficial em jornais do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no Da nº 022/07, de 04/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 223/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O projeto de lei em questão visa restringir a publicidade oficial do Governo do Estado e de sociedades de economia mista a veículos de comunicação que possuam mais de dois anos de circulação comprovada.

**Fundamentação**

A Lei nº 10821 de 06 de junho de 1994, que dispõe sobre a produção e veiculação de peças de propaganda e publicidade no âmbito da Administração Pública Estadual determina em seu artigo 4º que:

*Art. 4º A veiculação em órgãos particulares de comunicação seguirá os preceitos de licitação estabelecidos no estatuto estadual de licitações e legislação complementar.*

Nesse contexto, estabelece nossa Carta Magna que a competência para legislar sobre normas gerais de licitação é privativa da união, ressalvando, porém que a competência da união de legislar sobre normas gerais de licitação não exclui a competência do estado de dispor suplementarmente sobre o tema. Assim, determina a Constituição Federal:

*Art. 22. Compete privativamente à união legislar sobre:*

(...)

*XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da união, estados, distrito federal e municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, § 1º, III.*

*Art. 124, § 2º A competência da união para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos estados.*

Neste diapasão, insta esclarecer a diferença entre norma de competência suplementar e norma de

competência privativa. Neste sentido elucida Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

*Privativa: é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.*

*Suplementar: é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral. para alguns ela é complementar.<sup>1</sup>*

Dito isso, forçoso é reconhecer a legitimidade do Poder Legislativo para legislar no caso em tela, porquanto visa, dispor, de maneira suplementar, sobre as contratações da administração pública, imputando restrições especificamente no que concerne a contratos firmados para fins de publicidade oficial.

Nesse contexto, bem assevera Andyara Klopstock Sproesser<sup>2</sup> acerca da amplitude alcançada pela competência suplementar concedida aos estados:

*Desde logo, entendemos que, se a algum ente é dado suplementar, também lhe será possível complementar, até porque o conceito de suplementação é mais amplo, mais abrangente do que o conceito de complementação, de tal modo que quem pode suprir a falta, há de poder, por mais forte razão, completar os vazios da legislação. Aliás, os vazios são vazios porque algo neles não existe, e deve ser suprido suplementado.*

Destarte, infere-se que o projeto de lei em tela encontra respaldo legal, e, portanto opinamos pela sua constitucionalidade.

No que tange a técnica legislativa utilizada, verifica-se que, de igual modo, o projeto de lei em exame observou atentamente as disposições da Lei Complementar nº 95/98.

**Conclusão**

Diante do acima exposto, e tendo em vista que o projeto de lei analisado encontra-se dentro dos ditames legais e constitucionais, concluímos pela sua aprovação, acolhendo a emenda oferecida pelo Deputado Professor Luizão.

Sala das Comissões, em 22.05.07  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 223/07

Art. 1º Inclua-se nos artigos 1 e 2º do Projeto de Lei nº 223/07, após Governo do Paraná:

“(…) Poder Executivo Municipal.”

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos do projeto.

Sala das Comissões, em 09.05.07.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed. Saraiva, 2003, p.61.

2. In Direito Parlamentar - Processo Legislativo, Imprensa Oficial/ ALESP, 2000, p. 74.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 223/07

P A R E C E R :

**I - Relatório**

O Projeto de Lei nº 223/07, de iniciativa do Deputado Ney Leprevost, pretende determinar que a publicidade oficial do Governo do Paraná e empresas de economia mista, destinadas a jornais impressos, não poderá ser efetuada em veículos com circulação inferior a dois anos, a qual deve ser ainda devidamente comprovada e cuja vedação atingirá os jornais com circulação a partir de 1º de janeiro de 2007.

Há ainda uma disposição específica, em sua proposta, que os balanços oficiais do Governo do Paraná, das autarquias e empresas de economia mista só poderão ser publicados em jornais com mais de dois anos de circulação diária, ampla e ininterrupta comprovada.

Na justificação apresentada, argumenta-se, em síntese, que diante do “surgimento, normalmente em anos eleitorais, de jornais caça níqueis destinados única e exclusivamente a propaganda de candidatos ligados ao Governo e a detratção pública dos adversários dos mesmos, e passadas as eleições deixam de existir”, impõe-se a restrição ora apresentada, sem infração a quaisquer princípio constitucional.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, onde foi apresentada uma emenda do Deputado Professor Luizão, no sentido das restrições previstas nos artigos 1º e 2º do projeto e acima descritas também abranger o Poder Executivo Municipal, a qual foi admitida e incorporada ao texto da norma pelo Relator Deputado Artagão Júnior, o qual deu parecer favorável a sua devida tramitação, que restou aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Assim veio o presente projeto de lei para esta Comissão de Finanças para receber parecer de sua competência.

É o relatório.

**II - Voto do Relator**

Sem entrar na questão no que diz respeito aos requisitos formais de constitucionalidade, já analisados na Comissão de Constituição e Justiça, a qual concluiu pela competência legislativa do estado, em condição suplementar, a esta Comissão de Finanças compete pronunciar-se apenas quanto aos aspectos de sua compatibilização ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, conforme estebelece o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno da Casa.

Não se tratando de aumento de despesas, não há qualquer repercussão no orçamento anual do estado, nem quanto ao cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias ou do plano plurianual e sequer há aspectos quanto à observância do dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em face destas considerações, voto pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira do Projeto de Lei nº 223/07.

Do ponto de vista do seu mérito, também não nos parece haver nenhuma incompatibilidade entre as medidas propostas no projeto e os princípios que norteiam a administração pública, previstos na Constituição vigente.

Tudo isso posto, concluímos nosso voto no sentido da regular tramitação do projeto e pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 06.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ELTON WELTER - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 461/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que cria o Programa Academia da Terceira Idade - ATI, que será executado em todo o estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDDMCA e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 461/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, tem como escopo instituir o Programa Academia da Terceira Idade - ATI, no estado do Paraná.

**Legitimidade e Legalidade**

Primeiramente, vejamos o que preceitua a Carta Magna:

*Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

*IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.*

E mais:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança (...).* (grifo nosso)

Vejamos que nossa Constituição como cidadão que é, vem a proteger princípio da igualdade entre todos que fazem parte do território nacional. Bem como, cabe à República a promoção do bem de todos, não importando qualquer forma de discriminação. E ainda com relação às pessoas da terceira idade:

*Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:*

*I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*

(...)

*Art. 230. A família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.*

Além disso, tendo em vista ser garantia assegurada à terceira idade, deve o estado cuidar da efetiva participação na comunidade a fim de lhes garantir dignidade.

Sob égide da Constituição Estadual a legitimidade do autor está configurada:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

(...)

*V - planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.*

Como fica evidenciado, o exercício da competência legislativa fica clara, para legislar acerca das matérias relacionadas no presente projeto. Ademais disto, cabe ao estado resilir problemas frutos da necessidade da população, ou seja, cabe ao estado dissertar especificamente, enquanto que à União legisla de maneira geral.

Ademais disto, vale a pena corroborar neste momento que o presente projeto visa à proteção dos direitos fundamentais inerentes à terceira idade, não como forma de discriminação, mas como forma de regular, pois vêm traçando diretrizes dentro dessa premissa, sob aspecto social.

Portanto, não fere a atuação da Secretaria de Estado, muito pelo contrário vem este dentro das prerrogativas trazidas pelo exercício legal de suas funções relacionadas à criação de programas estatais que visem o desenvolvimento, no presente caso com relação aos idosos, o que nos faz concluir que o presente projeto de lei está revestido de constitucionalidade.

Outrossim, apenas devemos fazer a observação e que o presente não apresenta forma discriminatória quanto a sua essência, mas em sua forma, uma vez que é dever do estado a garantia dos direitos fundamentais inerentes aos idosos.

Quanto à técnica legislativa, cumpre os requisitos, oriundos da Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Com relação à técnica legislativa o presente projeto não encontra nenhum óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98.

Diante do exposto, tendo em vista a constitucionalidade opina-se pela aprovação, do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 10.07.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI Nº 461/07

**P A R E C E R :**

O projeto de lei sob análise trata da criação do Programa Academia da Terceira Idade - ATI.

A proposição já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Finanças, mostrando assim estar condizente com os aspectos constitucionais e legais, bem como face ao aspecto econômico.

Pois bem, cabe a esta comissão analisar o projeto pelo viés da efetivação dos direitos humanos. Assim sendo, pode-se denotar, pela simples leitura do projeto, que está sendo valorizado a figura do idoso em nosso estado, ao se criar tal programa, em verdade com escopo de integração dos cidadãos idosos de modo amplo no convívio social. E mais, valoriza o Estatuto do Idoso, lei de âmbito federal, que deve por conseguinte ser aplicada e respeitada em nosso estado.

Pelo exposto, nada mais lícito que este projeto prosseguir em seu trâmite regimental, para que se complete esta atenção a ser direcionada para os idosos, que hoje representam parcela considerável tanto em nosso estado, como no Brasil.

Sala das Comissões, em 27.08.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 461/07

**P A R E C E R :**

O competente Deputado Luiz Nishimori traz, em boa hora, para debate nesta Casa de Leis, projeto que, se aprovado, criará a Academia da Terceira idade no Paraná.

Muito oportuna, a matéria mostra e confirma o respeito que o ilustre colega Luiz Nishimori sempre teve com as pessoas que pertencem à terceira idade. Trata-se de iniciativa que se enquadra, perfeitamente, na Carta Magna do Brasil, conforme já relatado pela Comissão de Justiça e que não causa impacto financeiro aos cofres públicos de nosso estado.

Com os parabéns e a homenagem ao autor do projeto em análise, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 15.08.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ANTONIO BELINATI - Relator

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 026/07, de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de agosto de 2007. Resolução nº 003/04. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.  
**Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 026/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de agosto de 2007, conforme Resolução nº 003/04 de 15 de março de 2004.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.09.07.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Francisco Bühner, Dobrandino da Silva, Ribas Carli Filho e Edson Strapasson.

COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

PROPOSIÇÃO Nº 089/07

P A R E C E R :

Encaminhada à esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, que relata a prestação de contas da verba para atender despesas de ressarcimento dos Srs. Deputados, relativas ao mês de agosto de 2007, regulamentada pela Resolução nº 003/04, de 15 de março de 2004.

Examinado o relatório da Proposição nº 089/07, constatamos que o todo encontra-se correto, dentro das normas de sua regulamentação, de acordo com a legislação em vigor, não restando dúvidas quanto as contas apresentadas.

Pelo acima exposto, decide este Relator pela aprovação da presente Proposição.

É o parecer - favorável.

Sala das Comissões, em 05.09.07.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ - Relator

## Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2708, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoioamento dos Deputados Ribas Carli Filho, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel e demais Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, a nossa república parte do pressuposto que devemos ter muita clareza em relação ao que está acontecendo nas políticas que são desenvolvidas pelo Governo do Presidente Lula.

Embora respeitando o nosso integrante tanto da Bancada do PMDB quanto da Bancada do Governo, quero dizer que, encaminhar uma moção de apoio a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no sentido que os Deputados Federais do estado e os Senadores possam estudar a possibilidade de votar contra o projeto que determina a prorrogação da CPMF, está meio que descolada da realidade em que vivemos.

Todos sabemos que os R\$ 38 bilhões arrecadados pela CPMF são fundamentais para o financiamento das políticas sociais que o Governo do Presidente Lula desenvolve e também para o financiamento da dívida pública.

Temos, no Brasil, uma carga tributária elevada, mas foi o Governo do PSDB, antes aliás, que criou a CPMF, e foi mantida todos esses anos.

Devemos reconhecer a inteligência com que o Governo Federal vem desonerando os setores produtivos, de uma forma interessante.

O único ponto, e acho que é a grande questão, é que a CPMF, tinha que ser, sim, repartida com os estados e municípios.

Falar em acabar está fora de propósito. Tenho muito respeito pelo Deputado Anibelli, escolho as palavras para que não magoe V. Exa.

Gostaria de pedir a todos os Deputados que votassem contra esse requerimento, porque penso que nossa Casa de Leis não pode se posicionar num tema que é importante para o Governo Federal. E é um posicionamento descolado da realidade.

Muito obrigado!

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS) (**Para Encaminhar**)

Assinei esse requerimento junto com outros Deputados, liderado pelo Deputado Antonio Anibelli, justamente por entender o contrário do que o Deputado Luiz Claudio Romanelli falou agora.

O Governo Federal antigamente era contra a CPMF, quando não era Governo.

Hoje, quer manter a CPMF. Dizia uma coisa antes e agora que é Governo viu a realidade e quer continuar com a CPMF.

A CPMF foi criada para atender a saúde pública, para melhorar a vida da população no item saúde pública.

Na verdade, a saúde pública está um caos no país. Vou citar um exemplo: hoje, corri atrás para encaminhar um doente da minha região que não consegue vaga pelo SUS nos hospitais aqui de Curitiba.

A CPMF não está resolvendo o problema, no meu modo de entender.

Então, é prudente que seja encaminhado esse requerimento. Peço o voto aqui de todos os Deputados para que aprovelem esse requerimento e que os governantes, principalmente o Governo Federal, administre melhor os recursos da saúde pública. É só reduzir muitos dos cargos de confiança que levou ao Palácio do Planalto, que vai sobrar um pouco de dinheiro para investir na saúde pública.

Estou pedindo aqui para que os demais Deputados aprovelem este requerimento, porque esta Casa de Leis, os Deputados que aqui estão representando a população. Têm obrigação, sim, de se posicionar a esse respeito, porque esse imposto, o povo - se for fazer uma pesquisa junto à população - é contrário. A população não quer mais esse imposto, não aguenta mais pagar imposto da ordem de quase 40% do PIB, imposto que recai sobre as pessoas que ajudam no desenvolvimento deste país e oferece serviços de péssima qualidade, como por exemplo, o serviço da saúde pública oferecido aqui no Brasil.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, alguém disse hoje na tribuna que as pessoas muitas vezes agem quando o Governo de uma forma e quando Oposição agem de outra forma. Vamos recordar o passado de novo. Vamos lembrar 11 anos passados, 1996, Deputado Waldyr Pugliesi, quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Ministro da Saúde, o Jatene, grande Ministro da Saúde, criou a CPMF para incrementar o valor na saúde pública no nosso país.

Pois bem, qual foi o comportamento, Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembléia, do Partido dos Trabalhadores, do PT? Fecharam questão contra a CPMF. O PT, em 1996, quando Oposição ao Governo, disse que o país e o Governo não precisavam da CPMF porque tinha arrecadação, recursos suficientes, bastava apenas destiná-los para a sua finalidade.

Deputada Beti, o que acontece hoje, 11 anos depois? PT, o Governo, a CPMF não é mais de 0,20%, ela é quase 0,40%. E o Governo pede a prorrogação por mais 4 anos. Alega o Governo que se não tiver CPMF não tem dinheiro para a saúde.

Agora, o nosso partido, os Democratas, começou uma campanha no Brasil inteiro: “Xô CPMF”. E o Governo, Deputado Waldyr Pugliesi, não o Governo do PSDB, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva, o que ele fez e qual é a previsão do aumento da arrecadação na LDO para 2008? Tem uma previsão de aumento de R\$ 60 bilhões. A CPMF, este ano, segundo cálculo estimativo, deve chegar a 39 bilhões. Se tirarmos os 39 bilhões da CPMF e a receita efetiva mais 60 bilhões, mesmo assim, Deputado Antonio Anibelli, o Governo ainda teria R\$ 21 bilhões para investir na saúde. Se não bastasse tudo isso, usar a tribuna em uma das Sessões da semana que vem, para discorrer sobre a CPMF, o que representa, como estava a saúde do Brasil e como está hoje. Para onde está indo o dinheiro da CPMF? Ela está indo para a saúde ou para outras finalidades? A sociedade do Brasil não suporta mais essa carga! Não é possível!

Se dividirmos, Deputado Reni Pereira, a CPMF pelas famílias do Brasil inteiro, cada família paga mais de R\$ 600, por ano, de CPMF - se dividirmos igualitariamente. Mais de R\$ 600 de CPMF, por ano, as famílias pagam. De onde sai o dinheiro? Quando o assalariado, o pobre, recebe o seu dinheiro no banco, quando vai comprar o feijão, o arroz, a comida, o remédio, a essas famílias e pessoas que o Governo está dando o Bolsa Família e que ele diz que ajuda, ele dá com uma mão, mas tira com a outra e deixa a pessoa pobre morrer na fila. Este é o Governo da CPMF. Este é o Governo que quer aumentar a sua receita às custas do pobre e fazer com que o pobre morra na fila, por falta de atendimento à saúde.

É por essa razão que a FIEP de São Paulo entregou nesta semana, dando ao Congresso um documento, com 1 milhão e 100 mil assinaturas, contra a CPMF.

Ora, Srs. Deputados, vamos ter coerência! Se eu fui Oposição e condeno o imposto, quando eu for Governo, devo agir da forma como quando era Oposição. O PT fechou questão e volto a dizer de novo, em 1996, contra a criação da CPMF, quando era Oposição e hoje querem e dizem que o Governo precisa, eu diria que pimenta no olho do adversário é refresco. Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Isso se aplica ao Presidente da República e ao PT, em nível nacional. Por isso somos a favor desse requerimento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reni Pereira e logo a seguir ao Professor Luizão e ao Deputado Elton Welter.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, quero em nome do Bloco composto pelo PSB, que é um partido aliado do Governo Federal, do PV, do PRB e do PR dizer que apoiamos esse requerimento do Deputado Anibelli, pelo que se dispõe a fazer. Tenho certeza que os Deputados votarão de acordo com a sua convicção lá em Brasília.

Porém, é preciso que se faça um alerta, como o Deputado Elio Rusch falou aqui, porque quando surgiu a contribuição - há uma diferença muito grande entre contribuição e imposto - a CPMF já virou imposto na prática, por quê? Porque os recursos dela, hoje, estão subsidiando e bancando boa parte dos programas sociais do Governo Federal. Essa é uma característica de imposto, ele vai para o bolo e depois ele divide. Quando ela foi criada, por sugestão do ex-médico Adib Jatene, era para salvar a saúde pública do Brasil. O que estamos acompanhando hoje? As verbas da saúde pública, inclusive da CPMF, seriam para essa finalidade específica, contingenciadas para dar superávits aos governadores de “pires na mão”. Pessoas morrendo no Brasil inteiro, inclusive no estado do Paraná, porque não existe.

Então, é preciso que se encare com vergonha e clareza. Quer se prorrogar, porque isso vai dar um impacto no orçamento da união, que se crie na forma de imposto, se tenha a coragem de criar na forma de imposto, porque é assim que o Governo Federal tem tratado a CPMF, como um imposto. Só que ele se utiliza dela como contribuição para não repartir com os estados e com os municípios. A partir de que ele encarar e dizer: “Eu vou criar um Imposto sobre a Movimentação Financeira”, ele vai, no mínimo, dividir a parte com os estados e com os municípios, então, ele dá o nome de contribuição, mas joga no bolo geral do orçamento para não distribuir e ainda contingência. Se pelo menos distribuisse para a finalidade.

Então, por esse motivo, nós do bloco, nada contra quem foi contra, apesar do PT, lá atrás, ter se posicionado contra e hoje como Governo quer a renovação, mas que



renove da maneira correta. Então, nós do bloco, em nome dos Deputados Chico Noroeste, do Edson Praczyk, Ribas Carli, Deputada Rosane, vamos acompanhar o Deputado Anibelli nessa questão, que é uma questão nacional e tem que ser debatida e melhor discutida antes de ser votada.

**O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar contrário a esse requerimento, porque a CPMF não foi criada neste Governo, nós herdamos essa contribuição e ela já vem fazendo parte do orçamento da união há muitos anos, ela integra o orçamento da união, só que o no Governo passado, você não via muito dinheiro para novos investimentos, o que não está acontecendo agora.

Acredito no seguinte: a CPMF, assim como os outros impostos, está sendo melhor investida. Por quê? Porque hoje está aparecendo dinheiro para novos investimentos em escolas técnicas, para universidades, para urbanização de favelas, para programas da juventude, reformas em aeroportos, construção de hidrelétricas. Então, o dinheiro dos impostos está aparecendo, tem dinheiro para muitos investimentos no Brasil. A cada dia o Governo Federal lança um programa e tem investimento, tem dinheiro para fazer, não é só discurso.

O Deputado Anibelli esteve em Araucária, recentemente, conosco, onde foi lançado o PAC no Paraná com investimento para diversas áreas, e não é só discurso, o dinheiro está na Caixa Econômica, no caso de muitos municípios, para licitar as obras. Então, existe dinheiro, existem recursos. Agora, todos cobram mais investimentos para a saúde, todos cobram mais investimentos para a erradicação da pobreza, para melhorar a educação, enfim, agora, os recursos têm que sair de algum lugar.

Como queremos mais investimentos, como queremos melhorar a saúde, se fazemos campanha para cortar um recurso de grande importância, um volume grande de recursos, R\$ 40 bilhões por ano? Como vamos cortar esses recursos e ao mesmo tempo cobrar mais investimentos do Governo Federal? Sabemos do seguinte: a saúde vai bem? Não! A saúde tem problemas no Brasil inteiro! Agora, uma grande parte desse recurso da CPMF vai para a saúde, de 0,38, 0,20 vai para a saúde. Isso significa quase 20 bilhões anuais que vão para a saúde. Como vai ficar a saúde? Nós queremos que melhore a saúde e ao mesmo tempo fazemos uma campanha para tirar 20 bilhões anuais da saúde!

Eu acredito no seguinte: a CPMF é um dos impostos mais justos que existe. Por quê? Porque ele é retirado da conta corrente, da movimentação financeira. Quem mais movimenta dinheiro no banco, mais paga imposto; quem menos movimenta o dinheiro no banco, paga menos imposto. E é um recurso indispensável hoje para o Brasil.

A outra parte do recurso vai para a Previdência Social e vai para a erradicação da pobreza, mas é bom que se diga que em torno de 20 bilhões anuais da CPMF vão para a saúde pública. Se fizermos uma campanha, estamos trabalhando então para que a saúde vire um caos,

porque boa já não está. Se retirar mais recursos da saúde vai virar um caos.

Por isso, peço aos Srs. Deputados, não é uma pauta aqui da Assembléia Legislativa, é uma pauta do Congresso Nacional, é uma pauta dos nossos representantes na Câmara Federal e no Senado, mas temos por obrigação nos posicionar. Acho que não é o momento de cortarmos a CPMF, ela é indispensável para os investimentos que o Governo Federal está fazendo.

**O SR. ELTON WELTER (PT) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero enaltecer as palavras do Professor Luizão: tirar a CPMF de forma abrupta seria uma irresponsabilidade do Congresso Nacional. São 40 bilhões que são arrecadados com este imposto. Admita-se, sim, o Ministro da Fazenda admite, o ex-Ministro da Fazenda, que é Deputado Federal, que foi Relator, admite isto. Agora, tem que ser de forma escalonada, de forma razoável, de forma prudente, com responsabilidade. Do 0,38% que é descontado da CPMF, mais da metade, ou seja 0,20 desse 0,38 vai todo para a saúde - são mais de R\$ 20 bilhões deste imposto que vai para a saúde - isto é muito importante. Os outros 0,10%, uma parte vai para a previdência social e a outra para a erradicação da pobreza, que são 0,8%. Aliás, investir na erradicação da pobreza também é investir em saúde. Deputado Anibelli, foram mais de 8 milhões de pessoas neste país que saíram da faixa da pobreza. Isto é uma coisa extraordinária! Por que isto está acontecendo? Porque o estado está tendo capacidade de investimento na sociedade, nas pessoas, foi controlada a inflação, o juro diminuiu, o estado está com capacidade de investimento maior.

Então, seria de bom alvitre que o Parlamento brasileiro, não recomendasse a extinção desse imposto e sim diminuísse de forma escalonada, com o tempo, para repor, porque se tira de um lugar, acaba faltando recursos para outras coisas. Reclama-se que faltam recursos para a saúde e vamos tirar 20 bilhões numa votação destas. Então, isto seria, na nossa avaliação, uma votação irresponsável neste momento.

Nós já fizemos o *mea culpa*, sim. Quando foi criada a CPMF nós reconhecemos que votamos contra, mas hoje, na condição de Governo, queremos que a sociedade acompanhe a execução orçamentária e está acompanhando com muito mais eficiência, aliás, a aplicação, a CGU - Controladoria Geral da União, foi estruturada de forma extraordinária - hoje se identifica com muito mais facilidade convênios e recursos que vêm para os estados e municípios quando tem destinação inadequada. Isto é mérito também deste Governo.

**O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu fico feliz por primeiro ter sido o aval de mais de 20 Deputados, tenho certeza que ganharemos na votação, mas o importante neste Parlamento é discutir as coisas.

Nós vemos em Brasília, hoje, a cassação do Presidente Renan Calheiros, Deputados brigando na portaria do Senado, o Deputado Gabeira agredindo o Vice-Presidente, o Senador Tião Vianna, do Congresso Nacional, e depois lhe dando um beijo no rosto - isto as televisões mostraram - eu não sei se é coisa do Partido Verde, do Gabeira, ou coisa de Deputado que não é Deputado, podia ser Deputada. Então, são coisas que são importantes dizermos aqui.

Agora, o nosso requerimento solicita aos Deputados Federais estudarem a possibilidade de votarem contra o projeto que determina a prorrogação da CPMF. Nós vimos na televisão, ontem à noite a FIESP de São Paulo, o estado de maior PIB do Brasil, o estado onde estão as maiores indústrias é o maior estado da federação, levaram em carrinho de mercado, 1 milhão e 100 mil assinaturas para sensibilizar os Deputados a não aceitarem passivamente a votação da prorrogação.

Sabemos que a CPMF, quando foi criada pelo grande Ministro Adib Jatene, que depois renunciou ao cargo de Ministro, porque o seu imposto, tão bem criado, foi desviado de suas funções, ele, esses dias ainda, estava na televisão dizendo da sua frustração por ter sido o criador daquele imposto, hoje imposto, e do desvio das suas funções.

Nós vimos ontem, companheiros, Deputados do PT, os Governadores do nordeste do Brasil, inclusive Governadores do PT, de todos os partidos, indo a Brasília, dizendo que não é mais possível que a saúde pública brasileira esteja no caos. Vemos São Paulo, vemos o Rio de Janeiro, vemos tudo. Graças a Deus, aqui no sul do Brasil é diferente, mas o nosso imposto CPMF está sendo desviado para outras funções. E as funções quais seriam? Aumentar o Bolsa Família para 17 anos?

Gostaria que o Governo Federal estivesse abrindo as portas do Exército Brasileiro para arrebanhar mais jovens que fossem aprender a amar a pátria, a cantar o Hino Nacional, a defender a nossa bandeira e não estarem fechando as portas. Tenho certeza que o Exército está contra a política nacional do Governo, que não dá mais condições. o Exército está mandando todo mundo embora, dispensando os contingentes, porque não tem comida para dar aos Pracinhas que entrem no Exército.

Então, vamos ampliar para 17 anos, pagar asfalto, pagar não sei o quê, o PAC do Presidente Lula que estivemos com prazer representando esta Casa. Acho que é uma grande coisa. Vamos iniciar, vamos trabalhar, vamos tirar as favelas, vamos construir casas, mas não tirar a CPMF para outras coisas. Vamos, sim, aplicar o dinheiro da CPMF na saúde pública brasileira. Se isso acontecesse, os nossos Deputados e o Governo Federal - isso é muito grave - o Governo Federal não está liberando as verbas dos Deputados, liberou 20% para terem os Deputados amarrados pelo pescoço para liberarem as suas verbas se eles votarem a CPMF. V. Exa. e o Brasil vão ver que depois, se for aprovada a CPMF, as verbas dos nossos Deputados Federais serão liberadas e irão para os

municípios. Não sou contra as verbas, sou contra a maneira que o Governo exerce a pressão em cima dos Deputados.

Então, o nosso requerimento sugere estudarem a possibilidade. Ou então que eles forcem como as televisões de ontem mostraram que o Governo já está cedendo para reduzir ou dividir a CPMF entre os estados e os municípios.

É isso que queremos, que os nossos Deputados não venham depois bater no peito e dizer que votaram a favor do povo. Nós vamos pegar a lista depois, vou ler aqui da tribuna, não sou dedo duro, estamos sugerindo a eles que votem, se quiserem votar, cada um é independente no seu voto. Mas leremos a lista dos que votaram a favor da CPMF.

Peço aos companheiros que assinaram, aqueles que não assinaram, como o Deputado Reni e sua bancada independente, que votemos para mostrar ao Governo Federal que aqui nesta Assembléia somos independentes e não somos atrelados a esquema de verba e a pressão do Governo Lula.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Deputado Anibelli está dizendo aqui que o pessoal da FIEP de São Paulo carregou não sei quantos milhões de assinaturas. Ora, queria pegar esses malandros da elite paulista e mandar eles pagarem impostos. Para cada real que paga o povo brasileiro através de impostos, essa gama monumental de sonegadores contribui com a mesma quantia. Então, não querem pagar impostos. Esse imposto é fundamental, essa contribuição não é imposto, é contribuição provisória, isso falei lá não sei quantos anos atrás, vai ser permanente, porque vai ficar, porque você avança e não tem condições de recuar.

Veja bem, se você vai arrecadar para o país 40 bilhões, 20 bilhões irão para a saúde. E aqueles que aqui falam do caos da saúde não verão nada se esse imposto, essa contribuição for eliminada. Aí é que vocês irão ver o caos, o tsunami na saúde!

É dinheiro que vai para a previdência, é dinheiro que vai melhorar as condições de vida do povo brasileiro, que estamos fazendo distribuição de renda. A elite comanda essa ação contra a CPMF.

Acho que a grande discussão era assim, transformar a contribuição em imposto, porque daí estados e municípios também receberiam parte daquilo que é arrecadado pelo Governo Federal.

Mas olha, esse pessoal que fala só que paga, que paga, paga imposto, estava vendo outro dia com relação a Finlândia, são os impostos mais caros do mundo. Ninguém paga médico, ninguém paga dentista, ninguém paga nada, porque o dinheiro vai para lá. Mas lá ninguém sonega imposto de renda. Vocês saíam aqui numa rua de comércio em Curitiba, se vocês encontrarem um comerciante em dia, ora, vai ser uma descoberta, porque o que o pessoal, em todos os lugares do nosso país, sonega, deixa de contribuir para podermos eliminar a pobreza, a desigualdade...

É por isso que temos salários miseráveis em todos os cantos deste país. É por isso que temos 20 milhões de analfabetos. É por isso que temos Juízas que comemoram com os fazendeiros brancos a expulsão dos pobres da terra que eles querem para plantar comida.

Olha, sou Líder da Bancada do PMDB, esse é o meu voto individual, particular, a bancada vota da maneira que bem entender. É preciso que acabemos com essa hipocrisia que existe. O sujeito não paga nada de imposto, são os campeões da sonegação e depois batem no Governo. Todo mundo bate no Governo Federal, no Municipal, no Estadual, daí saem dirigindo por aí, matam inocentes porque descumprem a lei, não querem ter obrigação nenhuma com a nação.

Olha, a minha posição é essa. Respeito a posição não só do Deputado Anibelli como de todos os outros. Agora, pouco me preocupo se amanhã ele fizer um outdoor para dizer que o Deputado Waldyr Pugliesi votou pela permanência da CPMF, que no meu entendimento é fundamental para continuarmos nessa escalada de melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, passa-se à votação.

Os Deputados que apóiam o requerimento permanecem como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a verificação de votação.

Os Deputados favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Os Deputados contrários aos requerimentos, queiram levantar-se.

Dez Srs. Deputados.

**Está aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 2745, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. À **Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2713, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2714, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2715 e 2716, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2721, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2722, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de registrar uma notícia que muitos de nós aguardávamos, o resultado da votação do Senado a absolvição do Senador Renan Calheiros, por 40 votos contra 35 e 6 abstenções.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Esse tema na verdade sei que são moções de apoio, mas de moções de apoio e moção de repúdio esta Casa vai manifestando posições sobre temas muitas vezes que se tornam folclóricos e outros temas sérios como esse aqui. Esse aqui, discute a questão que está em debate nacional sobre a regulamentação da Emenda Constitucional nº 029, que estabelece o percentual que os estados devem investir em saúde. Como é que se forma de fato esses valores.

A grande discussão que se trata e que obrigatoriamente nós temos que fazer é que os estados invistam em saneamento básico. No momento em que se exclui saneamento básico da área da saúde para se considerar o percentual, certamente nós vamos ter um grande prejuízo nos investimentos que estão acontecendo.

Por isso, esse tema merece uma discussão aprofundada, porque ele enseja uma discussão que está sendo travada no Congresso Nacional que vai votar uma lei complementar, que vai definir claramente o que é investimento em saúde e modernamente eu não posso, depois de ter estudado com professores franceses a questão urbana, deixar de reconhecer como reconhecem os países da Europa e a própria América que reconhecem o investimento em saneamento como investimento em saúde. E a própria Organização Mundial de Saúde reconhece investimentos em saneamento básico como investimento em saúde. Por isso, quero encaminhar contrariamente a essa moção de apoio à Associação Médica do Paraná.

Entendo que os médicos de forma corporativista, queiram aumentar as verbas para saúde, especialmente para pagamento de honorários. Acho que é compreensível isso. Acho que todos nós queremos que o SUS remunere melhor os procedimentos da área médica. Mas, excluir saneamento básico, na minha avaliação, é uma questão muito séria de interesse público que se mantenha e que efetivamente vai ser regulamentado.

Por isso, quero encaminhar contrário à aprovação da moção de apoio a esse posicionamento da Associação Médica do Paraná, porque penso que esta Casa não pode se posicionar, até porque vai acabar tendo que legislar sobre esse tema em função da lei complementar que está sendo discutida e vai ser votada no Congresso Nacional.

**O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Para Encaminhar)**

Na semana passada a Conselho Regional de Medicina, a Associação Médica do Paraná, Associação Médica Brasileira e o Sindicato dos Médicos, estiveram reunidos com a Comissão de Saúde desta Casa, e pediram o nosso apoio na movimentação que está sendo feita nacionalmente através da Frente Parlamentar de Saúde no Congresso Nacional, para que seja aprovada a regulamentação da Emenda Constitucional nº 029.

O que estabelece a Emenda Constitucional nº 029? Estabelece que os Governos Estaduais invistam 12% da receita líquida do estado na área de saúde.

O senhor me desculpe, nobre Deputado Romanelli, mas com todo respeito que tenho pelo senhor, verifico uma incoerência no seu pronunciamento anterior, contra a moção do Deputado Anibelli, alegando que vão faltar recursos para a saúde, se for extinta a CPMF. E agora, quando estamos defendendo aumento dos recursos para a saúde, através de uma regulamentação da Emenda nº 029, o senhor está contra.

Eu não consegui entender muito bem sua posição, mas respeito, dentro do Parlamento livre, democrático, o senhor tem todo o direito de discordar, evidentemente, da minha moção de apoio. E deixar claro, aqui, Deputado Romanelli, que em momento algum eu coloco a questão do saneamento básico.

A questão do saneamento básico, alguns Governos que não cumprem a Emenda nº 029, utilizam para justificar o seu não cumprimento, colocando em meio aos investimentos de saúde o saneamento básico. Agora, existe, já, uma rubrica orçamentária própria para saneamento básico. Eu não vejo o porquê do saneamento básico ter que estar incluído na verba da saúde, embora eu reconheça e admita que evidentemente investir em saneamento básico traz benefícios para a prevenção de inúmeras doenças.

Quero alertar aos Deputados que este movimento é um movimento de todos os médicos, de todos os hospitais. Há um posicionamento claro da classe médica brasileira e do setor de saúde, inclusive dos servidores da área de saúde, favorável ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 029. Sei que ninguém, aqui, vai votar de uma forma ou de outra, por medo de desgaste, mas, eu não posso deixar de alertar aos Deputados que terão um grande desgaste com a classe médica votando contra o apoio a esta moção que estamos encaminhando ao Presidente da República, ao Ministério da Saúde, e também à Câmara Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; só para deixar claro que não estamos aprovando e nem rejeitando nada, estamos apenas encaminhando um requerimento, a exemplo do que fizemos com o requerimento encabeçado pelo Deputado Antonio Anibelli.

O que o Deputado Ney Leprevost pede é apenas que seja enviada uma correspondência aqui da Assembleia Legislativa para o Congresso Nacional, para que se regule a Emenda Constitucional nº 029. Então, se votarmos a favor, não estamos criando limites para gastar com a saúde. O que apenas estamos pedindo é que o Congresso Nacional regule a Emenda nº 029. É isto o que estamos pedindo. Não tem nada de mais. Nada mais justo que o Congresso regule a Emenda nº 029, porque já foi votada pelo Congresso Nacional. Tem que ser regulamentada. Os hospitais estão esperando o dinheiro, os médicos estão esperando dinheiro, este mês, Srs. Deputados.

Eu já disse desta tribuna, o Deputado Ney Leprevost, que é o Presidente da Comissão, este mês os hospitais psiquiátricos no Paraná vão fechar suas portas. São quase duas mil pessoas que têm deficiência mental, conhecidos, na gíria, como loucos, drogados, que estarão na rua. E tem que ser regulamentada a Emenda nº 029.

O que o Deputado Ney Leprevost pede é apenas para que seja enviada uma correspondência do Poder Legislativo do Estado do Paraná. Por esta razão, Deputado, nosso apoio. Acredito que os Deputados, por unanimidade, haverão de apoiar esse requerimento. Não vejo motivo, razão nenhuma em votar contra esse requerimento.

Parabéns a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

**O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB) (Para Encaminhar)**

Presidente, muito brevemente eu gostaria de discordar do nosso Líder do Governo, Deputado Romanelli, mas com todo respeito lembrá-lo de duas coisas: primeiro, que a regulamentação da Emenda nº 029 é uma exigência do Movimento Sanitário Nacional, inclusive tendo o apoio e aval da nossa Secretaria de Estado de Saúde. Na discussão que fazíamos na Associação Médica, há dois dias atrás, o representante do Secretário Cláudio Xavier, lá estando, Dr. Carlos Manoel, foi enfático em dizer que a regulamentação da Emenda nº 029 era correta.

Então, acho que está havendo algum equívoco. Peço até para o nosso Líder, Deputado Luiz Claudio Romanelli, rever a sua posição e votarmos favoravelmente ao requerimento. Estaríamos atendendo ao Movi-

mento Sanitário Nacional, à própria Secretaria de Saúde do Estado, e naturalmente as nossas consciências.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para poder dizer o seguinte: em função do pronunciamento do Deputado Cheida, quero dizer que tenho o maior respeito por ele, e claro, mantenho o meu entendimento, mas quero liberar a bancada da forma que entender, por conta da manifestação do Deputado Cheida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão. Vai se proceder a votação. Os Deputados que aprovam o requerimento de moção de apoio à Emenda nº 029 permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Queria que V. Exa. registrasse o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Voto contrário do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Requerimento nº 2726, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2729 e 2730, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2731, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2732, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2727 e 2728, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2736, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às dez horas com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 336 e 544/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 223, 461/07 e do Projeto de Resolução nº 026/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 094, 170 e 221/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Ata de Comissão***

#### ***Ecologia e Meio Ambiente***

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano dois mil e sete, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente sob a presidência do Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida e com a presença dos seguintes Deputados: Osmar Bertoldi, Elton Welter, Cleiton Kielse e Luiz Malucelli. O Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião, apresentando a pauta na seguinte ordem: 1º) Votação da Ata da 7ª Reunião Ordinária - APROVADA; 2º) Projeto de Lei nº 103/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Osmar Bertoldi - APROVADO; 3º) Projeto de Lei nº 420/07, de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO. 4º) Projeto de Lei nº 447/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Malucelli - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, e para constar eu, Luciane Andretta, Secretária da comissão, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros e por mim para que produza os efeitos legais.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente  
Luciane Andretta - Secretária

## ***Publicações Administrativas:***

### ***Aditivo Contratual***

ADITIVO CONTRATUAL

**Protocolo:** 7711/07.

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**Contratada:** Tripoli Turismo Ltda.

**Objeto:** Complementação de verba para o fornecimento de passagens aéreas.

**Votação:** 3390.3300.

**Valor:** R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

## Errata:

### Comissão Executiva

#### Ato nº 1749

O Ato da Comissão Executiva nº 1749/07 está sendo republicado por ter sido publicado com incorreções no Diário da Assembléia nº 104/07, de 03.09.07, à página 27.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1749/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6022, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1575/07, publicado no Diário da Assembléia nº 078, de 10 de julho de 2007, às fls 59, que passa a vigorar com a seguinte redação:

conceder, a ADELAIDE DA SILVA OSMAN, matrícula nº 40336, portadora do RG nº 1.490-751-PR, e do CPF nº 552.659.609.53, funcionária estável do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor de Água, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

